



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
Curso Reconhecido pelo MEC, Portaria 485 de 14/05/2020, publicada no D.O.U 18/05/2020

BRUNO FREITAS DE CARVALHO MOREIRA

CONCEPTUALIZAÇÕES DE “POLÍTICA” EM ENTREVISTA DE MARINA SILVA
AO RODA VIVA:
UMA ABORDAGEM DA LINGÜÍSTICA COGNITIVA

Feira de Santana
2025

BRUNO FREITAS DE CARVALHO MOREIRA

**CONCEPTUALIZAÇÕES DE “POLÍTICA” EM ENTREVISTA DE MARINA SILVA
AO RODA VIVA:
UMA ABORDAGEM DA LINGUÍSTICA COGNITIVA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como requisito para obtenção de título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL-UEFS).

Orientador: Prof. Dr. Natival Almeida Simões Neto

Feira de Santana
2025

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Moreira, Bruno Freitas de Carvalho
M836c Conceptualizações de “política” em entrevista de Marina Silva ao
Roda Viva: uma abordagem da Linguística Cognitiva / Bruno Freitas
de Carvalho Moreira. - 2025.
83f.: il.

Orientador: Nativel Almeida Simões Neto

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de
Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos,
2025.

1. Conceptualizações. 2. Teoria da Metáfora Conceptual
Estendida. 3. Política. 4. Teorias da democracia. 5. Linguística
Cognitiva. I. Simões Neto, Nativel Almeida, orient. II. Universidade
Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em
Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

TERMO DE APROVAÇÃO

CONCEPTUALIZAÇÕES DE ‘POLÍTICA’ EM ENTREVISTA DE MARINA SILVA AO RODA VIVA: UMA ABORDAGEM DA LINGUÍSTICA COGNITIVA

BRUNO FREITAS DE CARVALHO MOREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – na linha Variação e mudança linguística no Português – como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 30 de julho de 2025.



Documento assinado digitalmente
NATAL ALMEIDA SIMÕES NETO
Data: 20/04/2026 16:56:44-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Nival Almeida Simões Neto
Orientador – UFBA/UEFS



Documento assinado digitalmente
AURELINA ARIADNE DOMINGUES ALMEIDA
Data: 20/04/2026 17:28:33-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Aurelina Ariadne Domingues Almeida
Membro Externo – UFBA



Documento assinado digitalmente
HUDA DA SILVA SANTIAGO
Data: 09/04/2026 22:26:00-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Huda da Silva Santiago
Membro Interno – UEFS

Dedico à felicidade e ao bem-estar de todos os seres em todas as direções e tempos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pela bolsa de mestrado.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado objetiva apresentar conceptualizações de “política” em entrevista de Marina Silva ao programa Roda Viva, transmitida ao vivo em 10/03/2025. É um estudo interdisciplinar entre Linguística Cognitiva (LC) e Ciência Política, qualitativo, com base na Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) Estendida, de Kövecses (2020). Para tanto, observa e analisa o conteúdo verbal do registro audiovisual da entrevista, disponível no canal do YouTube do Roda Viva. Por meio das abordagens bibliográfica, intuitiva, léxico-especializada e de análise rizomática de construções, chega-se a estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”, como indica Kövecses (2020). Essas conceptualizações metafóricas se dão nos níveis dos esquemas imagéticos, domínios, *frames* e espaços mentais, na forma de uma hierarquia de esquematicidade/especificidade. Empreendimentos entre LC e Ciência Política foram levados a cabo por Lakoff (2006; 2009) e também fundamentam os procedimentos aqui, derivados da visão de língua e mente como um continuum estruturado, conforme a LC (Evans, Green, 2006; Lakoff, Johnson, 2002; Kövecses, 2002). Para descrever e interpretar as estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”, acionam-se, aqui, os cientistas políticos Dahl (2005), Sartori (1994), Bianchi, Rezende e Teixeira (2019), Couto (2019), Franzese e Pedroti (2005) e Pinto e Teixeira (2023), a fim de entender a democracia e o sistema político brasileiro, em que a conceptualizadora ocupa a cadeira de Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Esse aporte teórico interdisciplinar, da Linguística Cognitiva (LC) e da Ciência Política, enriquece a descrição e a interpretação das três estruturas multiníveis ativadas por Marina Silva na entrevista observada, referentes às metáforas no nível dos *frames* POLÍTICA É PROTEÇÃO, POLÍTICA É JOGO e POLÍTICA É LUTA/GUERRA. O projeto de pesquisa desta dissertação recebeu bolsa de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB, Termo de Outorga n. 00091461614) e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UEFS, parecer n. 7.109.592).

Palavras-chave: Conceptualizações. Política. Teoria da Metáfora Conceptual Estendida. Teorias da Democracia.

ABSTRACT

This master's dissertation aims to present conceptualizations of “politics” in Marina Silva's interview by the program *Roda Viva*, broadcasted live on March 10, 2025. It is an interdisciplinary study between Cognitive Linguistics (CL) and Political Science, qualitative, based on Kövecses's Extended Conceptual Metaphor Theory (CMT) (2020). To this end, it observes and analyzes the verbal content of the audiovisual recording of the interview, available on the *Roda Viva* YouTube channel. Through bibliographical, intuitive, lexical-specialized, and rhizomatic construction analysis approaches, we arrive at multilevel structures of conceptualizations of “politics”, as indicated by Kövecses (2020). These metaphorical conceptualizations occur at the levels of image schemas, domains, frames, and mental spaces, in the form of a hierarchy of schematicity/specificity. Ventures between CL and Political Science were carried out by Lakoff (2006; 2009) and also underpin the procedures here, derived from the view of language and mind as a structured continuum, according to CL (Evans, Green, 2006; Lakoff, Johnson, 2002; Kövecses, 2002). To describe and interpret the multilevel structures of conceptualizations of “politics,” political scientists Dahl (2005), Sartori (1994), Bianchi, Rezende and Teixeira (2019), Couto (2019), Franzese and Pedroti (2005) and Pinto and Teixeira (2023) are used here to understand democracy and the Brazilian political system, in which the conceptualizer holds the position of Minister of the Environment and Climate Change. This interdisciplinary theoretical contribution, from Cognitive Linguistics (CL) and Political Science, enriches the description and interpretation of the three multilevel structures activated by Marina Silva in the observed interview, referring to the metaphors at the frame level POLITICS IS PROTECTION, POLITICS IS GAME, and POLITICS IS FIGHT/WAR. The research project for this dissertation received a master's scholarship from the Bahia Research Foundation (FAPESB, Grant Term No. 00091461614) and was approved by the Research Ethics Committee (CEP-UEFS, opinion No. 7,109,592).

Keywords: Conceptualizations. Politics. Extended Conceptual Metaphor Theory. Theories of Democracy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A hierarquia de esquematicidade com três principais distinções entre os níveis	25
Figura 2 – Mapeamento de mesmo nível	41
Figura 3 – Captura de tela da entrevista observada nesta entrevista	43
Figura 4 – Captura de tela da entrevista observada nesta pesquisa	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Níveis de esquematicidade e métodos de pesquisa em metáfora	38
Quadro 2 – Inventário de “esquemas imagéticos” desenhados com Johnson (1987) e Lakoff e Turner (1989)	39
Quadro 3 – Segmentação dos dados linguísticos em blocos temáticos	49
Quadro 4 – Estrutura multinível de conceptualizações de “política” 1	55
Quadro 5 – Transcrição do verbete “proteção” no dicionário online Houaiss	58
Quadro 6 – Estrutura multinível de conceptualizações de “política” 2	63
Quadro 7 – Estrutura multinível de conceptualizações de “política” 3	65

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IP	Instituição Participativa
LC	Linguística Cognitiva
MP	Ministério Público
OP	Orçamento Participativo
PB	Português Brasileiro
PP	Política Pública
PPGEL	Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
TMC	Teoria da Metáfora Conceptual
UFAC	Universidade Federal do Acre

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 LINGUÍSTICA COGNITIVA, TMC ESTENDIDA E ABORDAGEM	16
2.1 VISÃO DE LÍNGUA DA LINGUÍSTICA COGNITIVA	17
2.2 TEORIA DA METÁFORA CONCEPTUAL: DA VERSÃO CLÁSSICA À VERSÃO ESTENDIDA	21
2.3 PAPEL DA LINGUÍSTICA COGNITIVA NA ARENA/CIÊNCIA POLÍTICA	26
3 TEORIAS DA DEMOCRACIA E SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	30
3.1 DEMOCRACIA GREGA ANTIGA E DEMOCRACIA LIBERAL MODERNA	30
3.2 TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DA DEMOCRACIA E SISTEMA POLÍTICO	32
3.3 MACROCONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DA CONCEPTUALIZADORA MARINA SILVA	35
4 METODOLOGIA: PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DA ENTREVISTA	37
4.1. PROCEDIMENTOS, ABORDAGENS E NÍVEIS	37
4.2 A ENTREVISTA DE MARINA SILVA AO RODA VIVA	42
4.3 MARINA SILVA: TRAJETÓRIA POLÍTICA DA CONCEPTUALIZADORA	44
5 ESTRUTURAS MULTINÍVEIS DE CONCEPTUALIZAÇÕES DE “POLÍTICA” EM ENTREVISTA DE MARINA SILVA AO RODA VIVA	48
5.1 ESTRUTURA MULTINÍVEL 1: POLÍTICA É PROTEÇÃO	55
5.2 ESTRUTURAS MULTINÍVEIS 2 E 3: POLÍTICA É JOGO E LUTA/GUERRA	63
6 CONCLUSÕES	69
REFERÊNCIAS	74
ANEXOS	77

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo geral captar conceptualizações de “política” acionadas por Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática do Governo Lula 3, em entrevista ao Roda Viva de 10/03/2025. Tanto o programa Roda Viva quanto a entrevistada Marina Silva são reconhecidos por trabalho consistente e por experiência no campo político brasileiro.

Para atingir o objetivo geral e apresentar as conceptualizações de “política” ativadas, é necessário o cumprimento de dois objetivos específicos: mobilizar a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) Estendida para captar estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”; e relacionar interdisciplinarmente LC e Ciência Política na perspectiva do fortalecimento democrático.

As indicações teórico-metodológicas de Kövecses (2020), quando funda a TMC Estendida, com “*Extended Conceptual Metaphor Theory*”, foram fundamentais para dar forma aos resultados apresentados aqui, que são três estruturas multiníveis de conceptualizações de “política” encontradas na entrevista.

Além da fonte de dados linguísticos, a fala de Marina Silva no Roda Viva de 10/03/2025, lança-se mão de levantamento bibliográfico em LC, procedimentos e abordagens intuitiva, lexical – aqui adaptada para léxico-especializada, com dicionários comuns e especializado – e de estudos do discurso, especificamente na forma de leitura rizomática.

Essa mobilização teórico-metodológica vai da visão de língua e mente da LC, passando pela TMC Clássica, TMC Estendida e chega à interdisciplinaridade com a Ciência Política. Os procedimentos e abordagens a serem aplicados, sempre com vistas aos resultados linguístico-políticos, encaixam-se com a descrição dos dados e a formalização das interpretações acerca das conceptualizações.

Dessa forma, entender os diferentes níveis das conceptualizações, segundo a TMC Estendida, aprofunda as definições de “política”. E os procedimentos de pesquisa linguística, aqui, servem para subsidiar o debate sobre modelos e princípios democráticos. Isso porque se recorta o entendimento de política para política em contexto democrático.

A escolha de Marina Silva como conceptualizadora observada não é por acaso. Em vez disso, afirma-se pelo reconhecimento internacional dessa agente política e pela sua longa e competente trajetória em cargos do Legislativo e do Executivo.

Além disso, Marina Silva reúne credenciais de representatividade étnico-racial, de classe, geográfica e de gênero, por ser negra, de origem pobre, do norte brasileiro e mulher. Ver a “política” com essas lentes certamente enriquece o debate acadêmico da Ciência Política e da Administração Pública.

O desenvolvimento de pesquisa em LC e, especificamente na recente TMC Estendida, é também uma contribuição para o campo da LC em terras brasileiras e baianas. Acredita-se ainda que unir LC e Ciência Política, como tem feito George Lakoff (2006, 2009), ajuda a fortalecer centros de pesquisa ou *think tanks* de defesa da democracia brasileira.

Cabe, agora, apresentar um breve resumo de cada seção que compõe esta dissertação. São seis seções, contando com a Introdução. Dessa forma, a próxima seção, a seção 2, intitula-se “Linguística Cognitiva, TMC Estendida e Abordagem de Pesquisa”.

Ela é dividida em três subseções, responsáveis por apresentar visão de língua e mente da LC; discutir a TMC Estendida a partir de sua base, a TMC Clássica; e sugerir o papel da LC na arena política e na Ciência Política, conforme Lakoff (2009), em “*The Political Mind: A Cognitive Scientist's Guide to Your Brain and Its Politics*”.

Em seguida, a seção 3, cujo título é “Teorias da Democracia e Sistema Político Brasileiro Contemporâneo”, também é dividida em três subseções. A primeira trata da evolução do conceito de política em contexto democrático (democracia). Refere-se também às práticas democráticas, desde sua invenção, na pólis grega antiga, até a sua versão representativa, liberal e moderna, como é predominante no mundo hoje.

No Brasil, a democracia representativa liberal moderna tem sido potencializada com canais de participação social, nos governos petistas, como no Governo Lula 3, de que a conceptualizadora faz parte. Esses desdobramentos das teorias da democracia, no sentido de incluir Instituições Participativas (IPs) na democracia representativa, são apresentados na subseção 3.2.

Por fim, a subseção 3.3 sela a fundamentação do macrocontexto político-institucional de Marina Silva, que condiciona suas conceptualizações de “política”. Na seção 3, em geral, debates caros à Ciência Política e à Administração Pública contemporânea são apresentados, como aqueles referentes a representatividade, responsividade, *accountability*, *checks and balances* e as três dimensões da política.

Essas incursões teóricas são arcabouço suficiente para a aplicação dos procedimentos e das abordagens metodológicas indicadas pela TMC Estendida. A aplicação das abordagens precisa estar atenta ao contexto político-institucional da conceptualizadora (seção 3) e é descrita na seção 4, reservada à metodologia de pesquisa.

A seção 4 intitula-se “Metodologia: Procedimentos para Análise da Entrevista” e também se divide em três subseções. A primeira se refere aos procedimentos e abordagens metodológicas necessárias para formar cada nível das estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”.

A segunda subseção apresenta um breve comentário sobre o programa Roda Viva. Enfim, a subseção 4.3 se dedica a resumir a trajetória política e profissional de Marina Silva, a fim de justificar sua escolha como conceptualizadora observada nesta pesquisa.

A seção de resultados chama-se “Estruturas Multiníveis de Conceptualizações de ‘política’ em Entrevista de Marina Silva ao Roda Viva” e apresenta-se com duas subdivisões. A primeira subseção explica mais detidamente o passo a passo da construção de uma estrutura, exemplificada pela conceptualização cujo *frame* é POLÍTICA É PROTEÇÃO. As duas estruturas seguintes (2 e 3 – das metáforas no nível dos *frames* POLÍTICA É JOGO E LUTA/GUERRA) são descritas e interpretadas juntas, uma vez que essas estruturas não funcionam tão bem separadas quanto entrelaçadas.

Na verdade, as três conceptualizações observadas, cujas metáforas no nível dos *frames* são POLÍTICA É PROTEÇÃO, JOGO E LUTA/GUERRA, se completam e é difícil demarcar fronteiras entre uma e outra. Isso se dá porque, nesta pesquisa, acredita-se na compatibilidade entre princípios da LC e uma visão rizomática do mundo político-social, que é inclusive metaforizada como o funcionamento cerebral, em Deleuze e Guattari (2011).

Essa seção 5, dos resultados, abre caminho para as Conclusões, apresentadas na seção 6. Tais conclusões, por sua vez, preocupam-se em sumarizar a dissertação, para apresentar avanços teórico-metodológicos pontuais, empreendidos por esta pesquisa. O desenvolvimento de uma visão panorâmica da LC, junto às discussões da TMC Clássica e da TMC Estendida, é um desses avanços.

Isso porque sedimenta base linguística para pesquisas interessadas em interdisciplinaridade com outros campos do saber, especificamente a Ciência Política e, mais especificamente, a Administração Pública. Outro avanço é a organização da experiência frente aos dados linguísticos, com a aplicação e adaptação de procedimentos e abordagens prescritos pela TMC Estendida. A construção da abordagem léxico-especializada é exemplo desses avanços teórico-metodológicos.

Por fim, apresentam-se, também nas Conclusões, três lacunas desta pesquisa ou agendas para pesquisas futuras na interdisciplinaridade entre LC e Ciência Política. Essas agendas são conclusões em aberto e derivam das três estruturas multiníveis de conceptualizações de “política” apresentadas como resultados desta dissertação.

É dessa forma que se pretende aprofundar conceptualizações de “política”, a partir da visão de língua e mente da LC. Mobilizam-se, para tanto, a TMC Clássica e sobretudo a TMC Estendida, com multiabordagens e procedimentos diversos, indicados por Kövecses (2020).

Esse arcabouço teórico linguístico une-se ao arcabouço conceitual da Ciência Política contemporânea para sustentar a aplicação dos procedimentos e abordagens aos dados linguísticos gerados pela entrevista de Marina Silva no Roda Viva de 10/03/2025.

Tais aplicações resultam em três estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”. Essas experiências servem para produzir *insights* teóricos e metodológicos e lançam, por fim, questionamentos tornados agendas de pesquisas futuras.

Entende-se, assim, realizar o objetivo geral desta pesquisa de captar conceptualizações de “política” ativadas por Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática do Governo Lula 3, em entrevista ao Roda Viva de 10/03/2025. E, ao mesmo tempo, cumprir os objetivos específicos de mobilizar a TMC Estendida para gerar estruturas multiníveis de conceptualizações e de relacionar interdisciplinarmente LC e Ciência Política.

O projeto de pesquisa desta dissertação recebeu bolsa de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB, Termo de Outorga n. 00091461614) e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UEFS, parecer n. 7.109.592).

2 LINGÜÍSTICA COGNITIVA, TMC ESTENDIDA E ABORDAGEM DE PESQUISA

Esta seção visa a fundamentar o uso teórico e metodológico da LC na pesquisa, mais especificamente da TMC Estendida e da abordagem interdisciplinar entre LC e Ciência Política. Para tanto, subdivide-se em três subseções.

A subseção 2.1 trata de como a LC entende língua – a fim de marcar e sedimentar a base linguística da pesquisa. Nesse ponto, entende-se como se ligam sistemas linguístico e conceptual, em plena construção e variação de conceptualizações.

As metáforas conceptuais são fruto de expressões linguísticas reiteradas ou corporificadas e, com “*Cognitive Linguistics: An Introduction*”, de Evans e Green (2006), entende-se que os princípios da LC não se restringem às relações lexicais, mas permeiam toda a sintaxe, morfologia, fonologia e, também, explicam as cargas afetivas vinculadas à linguagem.

A segunda subseção (2.2) explica o que são a TMC Clássica e a TMC Estendida. A TMC Estendida, de Kövecses (2020), teoria usada para integrar os procedimentos metodológicos e descrever/explicar os resultados, é um desdobramento da TMC Clássica, de Lakoff e Johnson (2002 [1980]). Esses, por sua vez, apresentaram a fórmula clássica da metáfora conceptual e os princípios fundadores da metaforização segundo a LC.

Uma tipologia com base em índices de estruturação provida do domínio-fonte ao domínio-alvo foi descrita por Lakoff e Johnson (2002 [1980]) e é apresentada aqui. Apresenta-se essa classificação no sentido de avançar para um raciocínio análogo, quando Kövecses (2020) divide didaticamente as conceptualizações em níveis porosos de esquematicidade/especificidade.

Baseada em “*The Political Mind*” (Lakoff, 2009), a terceira subseção (2.3) se interessa pela tarefa do linguista cognitivo ao estudar fenômenos políticos, em perspectivas progressistas e democráticas. Ao diagnosticar uma guerra cultural, e no campo da mente humana, como centro da política hoje, Lakoff (2009) e esta pesquisa apresentam, na terceira subseção, de que forma se veem os agenciamentos entre língua, mente e política aqui.

Portanto, fundamenta-se teoricamente o papel do linguista cognitivo na guerra cultural da política contemporânea entre democratas e a extrema direita. Trata-se de descrever e interpretar conceptualizações de princípios ou da própria política e enriquecer *think tanks* de defesa da democracia.

Em suma, esta seção (2) fundamenta o uso interdisciplinar da LC, como ela contribui decisivamente (tanto em seara teórica quanto metodológica) para a captação, descrição e

análise das conceptualizações de “política” ativadas por Marina Silva. Na entrevista observada, promovida pelo Roda Viva em 10/03/2025, encontram-se os dados de uso linguístico que, ao serem tratados segundo os princípios da LC e da TMC Estendida, se transformam em estruturas multiníveis de conceptualizações impregnadas de contexto e valores políticos.

2.1 VISÃO DE LÍNGUA DA LINGUÍSTICA COGNITIVA OU BASE LINGUÍSTICA DA PESQUISA

A Linguística Cognitiva (LC) começa com as iniciativas pluricêntricas de pesquisadores que se opunham ao formalismo a-cultural e a-histórico, mais teórico, sistemático e introspectivo do que baseado no uso, em vigor na década de 1970. Isso se estendia desde o Estruturalismo até o Gerativismo Chomskyano.

Em vez do formalismo, os linguistas cognitivos apontavam para “um modelo teórico mentalista/cognitivista que priorizava pesquisas de fenômenos relativos à significação e defendia o experiencialismo ou realismo corporizado (*embodied realism*), preconizado por Lakoff e Johnson” (Santos, 2018, p. 187).

Para entender e criar significados, os utentes-conceptualizadores mobilizam, conforme a LC, conhecimentos enciclopédicos – armazenamentos dinâmicos de experiências e memórias, culturalmente construídas. Portanto, o que aparece com procedimentos intuitivos na publicação seminal de Lakoff e Johnson (2002 [1980]), ao longo do aprofundamento das pesquisas em LC, abre-se para ser estudado em contextos de uso autêntico e em *corpus* linguístico.

Com a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) de Lakoff e Johnson, publicada em 1980, os dois autores estadunidenses posicionam a Linguística no rol das Ciências Cognitivas, alavancadas nas décadas de 1960 e 1970 e interessadas na mente e no cérebro. A LC, ao mesmo tempo em que foca no nível linguístico, investiga a tessitura conceptual do que é dito e do que é experienciado.

O sistema linguístico se integra, por fim, ao sistema conceptual, baseado no princípio da inseparabilidade entre ambas faculdades cerebrais. Para compreender como funcionam a linguagem e a mente, nesta pesquisa e em grande parte dos trabalhos recentes em LC, observa-se um contexto de uso autêntico, não tão deliberado quanto a literatura ou a escrita, mas fortemente condicionado às posições profissionais dos conceptualizadores ali (Marina Silva e jornalistas).

Em “*Cognitive Linguistics: An Introduction*”, Evans e Green (2006) enfatizam essa inseparabilidade entre sistema linguístico e sistema conceitual, quando cravam que a razão comum da LC é supor que a linguagem se configura em padrões de pensamento. Portanto, analisar os dados linguísticos é analisar a organização dos pensamentos e das ideias, experienciais, dinâmicos e fundamentos da ação. A linguagem é, decisivamente, o reflexo ou a refração de propriedades e características da mente humana.

Tão interdisciplinar quanto qualquer outra ciência cognitiva, a LC chega a perguntas profundas e básicas sobre aspectos da mente, da experiência e do que é ser humano (Evans e Green, 2006). Isso porque entende a linguagem como uma faculdade que nos possibilita expressar rapidamente e com certa facilidade pensamentos complexos e sutis, em diferentes esferas da natureza humana.

Através de atividades codificadoras e transmissoras, melhor descritas como processos de produção de sentidos, a linguagem aciona as funções simbólica e interativa e, assim, acontece entre a convenção e a expressão/criação. O par forma-e-sentido, composição da unidade simbólica, serve para realizar linguisticamente frases, palavras, morfemas e sons, em diversas combinações. Mas, esses pares de formas e sentidos são apenas gatilhos para processos de construção conceitual ricos e complexos, que acionam o conhecimento enciclopédico e a corporificação dos saberes.

As conceptualizações se mostram, ademais, informadas por cultura e contexto. Conceptualização se localiza, por fim, entre percepção e significado linguístico, ao unir mundo real e forma (Evans e Green, 2006). Com as formas, que carregam sentidos porque se configuram como unidades simbólicas, constroem-se realidades projetadas, uma representação mental da realidade mediada por sistemas perceptivos e conceptuais únicos, ancorados na cultura e nos contextos. As realidades projetadas acabam por escapar para o mundo real, através de expressões, ações e interações.

Sobre os processos de conceptualização, Almeida (2023) sublinha o experiencialismo dos conceptualizadores e a inter-relação entre dimensões bioquímica, neurológica, sensorio-motora, geográficas, históricas, sociais, culturais etc. intrincadas nas interações humanas, de onde emergem as conceptualizações. Esses processos se configuram como atividades de conexão entre tais dimensões, na mobilização, criação ou recriação de significados, de forma situada, distribuída no ambiente e orientada para a ação:

No processo de conceptualização, isto é, de (re)construção do significado, a pessoa conceptualizadora, com sua mente corporificada em interação com as propriedades daquilo que conceptualiza, tem papel basilar, já que os significados não lhe são dados de antemão, exatamente, porque são (re)elaborados por alguém que vivencia,

em distintas esferas discursivas, experiências diversas, situadas geo-sócio-cultural-historicamente. Assim sendo, **a conceptualização é uma perspectivação de algo feita por alguém** (Silva, 2008; Silva; Batoréo, 2016).

As distintas pessoas conceptualizadoras, assim sendo, podem implicar, diante da mesma experiência, envolvendo os mesmos agentes, modelos cognitivos idealizados diversos, já que é possível gerar, ainda que todos os seres humanos tenham o mesmo corpo e que disponham dos mesmos mecanismos cognitivos, mundos distintos, isto é, modos alternativos de conceptualizar algo.

Essas formas alternativas de conceptualização, que podem ser chamadas de Perspectivação Conceptual – Construal – (Silva; Batoréo, 2016), decorrem da capacidade do ser humano de perspectivar, de empreender sempre uma escolha, ao falar ou ao escrever sobre algo. Então, para uma experiência qualquer, há diferentes perspectivações conceptuais disponíveis e, diante disto, o falante-escrevente fará sua opção.

Não se trata, porém, de uma simples escolha, visto que **a formulação da realidade pela pessoa conceptualizadora estará intrinsecamente relacionada aos propósitos dos seus interlocutores, bem como aos seus próprios objetivos, de modo que a perspectivação conceptual serve aos intentos humanos individuais-coletivos** (Almeida, 2023, p. 84-85. Grifos nossos).

É justamente nas esferas contextuais e culturais que se dão os agenciamentos individuais-coletivos e as negociações da interlocução e da vida social. Cabe marcar, assim, as conceptualizações como processos contingentes/iminentes e políticos. Nesse ponto, volta-se a Evans e Green (2006), a fim de apresentar a estruturação comunitária da transmissão de ideias, intimamente atrelada à função interativa da linguagem.

Para comunicar, um conceptualizador precisa codificar e transmitir expressões linguísticas para outros conceptualizadores, que vão decodificar, interpretar tais expressões e produzir sentidos interativamente, em processos autênticos individuais-coletivos de conceptualizações. É fundamental perceber que se usa a linguagem não só para constatar a realidade, mas para mudar o mundo ou fazer coisas acontecerem, através das conceptualizações. Se por essa faculdade se pode compartilhar desejos e vontades, a forma desse compartilhamento varia de acordo com os tipos de relações entre conceptualizadores interagindo.

Portanto, além de carregar relações de poder e saber, a linguagem, tanto na função simbólica quanto na interativa, carrega *prompts* (gatilhos) ou informações sobre o afeto ou a resposta emocional. Exemplos disso são as expressões: “Cale a boca!” ou “Lamento interrompê-lo, mas”. O carregamento afetivo/emocional se dá dentro de padrões normativos de comportamento e estereótipos sociais, transmitidos pela linguagem ao longo das continuidades e mudanças culturais, em agenciamentos com a dimensão política das representações e interações humanas.

Os carregamentos afetivos e emocionais são a pedra de toque da expressividade, um aspecto essencial da apresentação de um eu público por meio da linguagem (Evans, Green,

2006). Isso porque as escolhas linguísticas, entre coletivo e indivíduo, transmitem aspectos de nossas atitudes interpessoais, pessoais e situacionais.

Evans e Green (2006), nesse ponto, mobilizam a noção de *frame*, cara à LC e introduzida por Fillmore em 1972, para se referir às indexações e construções de contextos específicos nas interações e representações. Ao usar a linguagem, invocando *frames* ou arranjos de cenas e cenários, as estruturas conceptuais são ativadas em processos de preenchimento supridos pelo conhecimento prévio enciclopédico.

Os *frames* ordenam expectativas e significados, dentro de cenários e papéis/posicionamentos básicos, mais ou menos previsíveis. Esse nível das conceptualizações é, portanto, atrelado aos conhecimentos compartilhados por uma comunidade, revista continuamente em atualizações culturais e conceptuais, no emaranhado das interações, ao longo do tempo. Conceptualizar e mobilizar *frames* são, em suma, atividades sempre em processo, suscetíveis e reversíveis.

Para concluir “*What does it mean to know a language?*”, primeiro capítulo de “*Cognitive Linguistics: An Introduction*”, Evans e Green (2006) retomam noções importantes referentes à compreensão de língua da LC. Para eles e nesta pesquisa, língua é um sistema de construções simbólicas e expressivas que refletem padrões de pensamento e a mente humana:

[...] examinamos a evidência de um sistema linguístico, introduzindo a noção de uma **unidade linguística** convencional, que pode ser um **morfema**, uma **palavra**, uma sequência de palavras ou uma frase. Apresentamos a noção de **significado idiomático** que está disponível em certos **contextos** e que pode ser associado com **construções**. Isso contrasta com o significado **literal**, que pode ser produzido ao **unir** construções menores como palavras individuais. **A ordem das palavras** constitui parte do conhecimento de construções particulares de uma pessoa, um ponto ilustrado por sentenças **agramaticais**. Nós também relacionamos a estrutura linguística à estrutura sistemática do pensamento. **Domínios conceptuais** refletidos na linguagem contêm e organizam ideias e experiências relacionadas.” (Evans, Green, 2006, p. 21. Grifos dos autores. Tradução nossa)¹.

Portanto, a visão de língua da LC requer a compreensão das unidades linguísticas, que são construções, dotadas de significados literais e idiomáticos. Não só os aspectos morfológicos são construções; mas aspectos sintáticos – como a ordem das palavras –,

¹ “[...] we examined the evidence for a linguistic system, introducing the notion of a conventional **linguistic unit**, which may be a **morpheme**, a **word**, a string of words or a sentence. We introduced the notion of **idiomatic meaning** which is available in certain **contexts** and which can be associated with **constructions**. This contrasts with **literal** meaning, which may be derived by **unifying** smaller constructions like individual words. **Word order** constitutes part of an individual’s knowledge of particular constructions, a point illustrated by **ungrammatical** sentences. We also related linguistic structure to the systematic structure of thought. **Conceptual domains** reflected in language contain and organise related ideas and experiences (Evans, Green, 2006, p. 21. Grifos dos autores).

fonológicos e discursivos se misturam no uso da linguagem, também como construções, ativando estruturas do sistema conceptual humano, a exemplo dos *frames* e domínios.

Em suma, entende-se que a base linguística dessa pesquisa se constrói sob a Linguística Cognitiva (LC), que vê a linguagem como ativação de padrões de pensamento e processos de conceptualizações. Portanto, descrever e interpretar estruturas multiníveis de conceptualizações de “política” acionadas pela ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, possibilita acessar perspetivações conceituais sobre a prática dessa agente pública.

Cabe, ainda, para tanto, compreender mais especificamente do que se tratam as conceptualizações metafóricas, como se faz na seção seguinte. Uma visão panorâmica e comparativa, da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) clássica até a TMC estendida é conveniente para fundamentar o entendimento das conceptualizações.

2.2 TEORIA DA METÁFORA CONCEPTUAL: DA VERSÃO CLÁSSICA À VERSÃO ESTENDIDA

As metáforas conceptuais foram definidas por Lakoff e Johnson (2002 [1980]), em “Metáforas da Vida Cotidiana”, de 1980, como fundamentos das conceptualizações. As indicações desse livro, junto às formulações pluricêntricas vindas de outros pesquisadores, selam a LC com a TMC Clássica.

Portanto, aqui, quando se fala de TMC Estendida e conceptualizações, fala-se de TMC Clássica. Mas, avança-se para estruturas multiníveis em forma de metáforas conceptuais, relacionadas entre si por uma hierarquia de especificidade e esquematicidade, ativando também categorização e metonimização.

Kövecses (2002), antes de apresentar a TMC Estendida, publica “*Metaphor: A Practical Introduction*”, um livro dedicado a explicar e sumarizar a TMC Clássica, conforme Lakoff e Johnson (2002 [1980]). Começa por definir metáfora como a compreensão de um domínio conceptual em termos de outro domínio conceptual. A fórmula da metáfora conceptual é, portanto, [DOMÍNIO CONCEPTUAL A É DOMÍNIO CONCEPTUAL B], em que A é o domínio-alvo e B é o domínio-fonte.

Dessa forma, na metáfora conceptual [ORGANIZAÇÕES SOCIAIS SÃO PLANTAS], o domínio ORGANIZAÇÕES requer elementos do domínio PLANTAS para ser entendido. ORGANIZAÇÕES, um conceito abstrato, é entendido, por fim, em termos de PLANTAS, um conceito concreto. O domínio-alvo faz uso de uma fonte de significados mais próxima da experiência corpórea direta. Cabe sublinhar que domínio conceptual é uma

organização coerente das experiências, estrutura mental fundamental para representar, construir e ativar conceitos, em outras palavras, produzir sentido.

Kövecses (2002) ainda diferencia metáfora e expressão metafórica, sendo a primeira um mapeamento entre aspectos dos domínios conceptuais e a segunda referente à expressão linguística que ativa a metáfora. Exemplos de metáforas conceptuais são [DISCUSSÃO É GUERRA], [AMOR É VIAGEM], [TEORIAS (E ARGUMENTOS) SÃO CONSTRUÇÕES] e [IDEIAS SÃO ALIMENTOS]. Expressões como “Nós não vamos chegar a lugar nenhum” e “Estamos em uma encruzilhada” para se referirem a uma relação amorosa são exemplos de expressões metafóricas ligadas à metáfora conceptual [AMOR É VIAGEM].

Compreender um conceito em termos de outro, quer dizer, na TMC Clássica, reunir uma série de correspondências sistemáticas entre o domínio-fonte e o domínio-alvo. Os mapeamentos de correspondências conceptuais são também definidos como projeções conceptuais.

Dessa forma, uma metáfora conceptual se desdobra em dois domínios relacionados e esses domínios são formados por aspectos sistematicamente projetados da fonte para o alvo. Na metáfora [AMOR É VIAGEM], os amantes são os viajantes, o destino é o condutor e os eventos na relação amorosa são o percurso da viagem, por exemplo, como se viu anteriormente.

Portanto, o conceito de amor é criado pelo conceito de viagem, uma vez que o domínio-fonte (viagem) provê ao domínio-alvo (amor) a aplicação de uma estrutura particular ou de um conjunto de elementos. Uma metáfora conceptual é, assim, derivada de mapeamentos sistemáticos entre fonte e alvo e esses mapeamentos se dão de forma inconsciente ou tácita. A transmissão das metáforas acontece na própria transmissão e aprendizagem da língua, sejam elas regulares ou irregulares.

Entre os domínios-fonte mais comuns, Kövecses (2002) destaca: corpo humano; animais; plantas; prédios e construções; máquinas e ferramentas – como em “a máquina da democracia” –; jogos e esportes; dinheiro e transações econômicas; cozinha e alimentos; calor e frio; luz e escuridão; forças gravitacional, magnética, elétrica, mecânica; movimento e direção.

Entre os domínios-alvo, os mais comuns são: emoção; desejo; moralidade; pensamento; sociedade e nação; política; economia; relacionamentos humanos; comunicação; tempo; vida e morte; religião; eventos e ações. Essa lista foi produzida a partir do levantamento feito por Kövecses (2002) em dicionários de metáforas e listas de metáforas conceptuais, além de pesquisa nas referências bibliográficas em LC.

Segundo Lakoff e Johnson (2002 [1980]), as metáforas conceptuais podem ser de diversos tipos. Podem ser, por exemplo, classificadas de acordo com seus graus de convencionalidade, de uma metáfora arraigada ou mesmo clichê a metáforas pouco convencionais ou literárias. De acordo com as funções cognitivas das metáforas, essas podem ser divididas em metáforas conceptuais estruturais, ontológicas ou orientacionais.

As metáforas estruturais fornecem estruturações de conceitos em termos de outros. O domínio-fonte provê ao domínio-alvo uma estrutura rica de conhecimento e faz com que os utentes compreendam um domínio-alvo a partir da estrutura do domínio-fonte. Um exemplo privilegiado das metáforas estruturais é o conceito de tempo estruturado a partir do movimento e do espaço. Dessa forma, tem-se mapeamentos relativos a [TEMPO FUTURO ESTÁ À FRENTE DO OBSERVADOR], [TEMPO PASSADO ESTÁ ATRÁS DO OBSERVADOR], [PASSAGEM DE TEMPO É MOVIMENTO DE UM OBJETO], entre outros. Expressões como “Chegou a hora de agir”, “Nas semanas seguintes à próxima terça-feira” e “O tempo está passando voando” são exemplos de realizações de metáforas estruturais.

Já as metáforas ontológicas proveem menos estruturação cognitiva para o domínio-alvo do que as metáforas estruturais. O trabalho cognitivo dessas metáforas reside em atualizar o *status* ontológico (de natureza da existência) de categorias gerais do domínio-alvo e fazer surgir novas entidades abstratas. Assim, compreendemos as experiências em termos de objetos, embalagens e substâncias, sem importar o tipo de substância, embalagem ou objeto.

As metáforas ontológicas nos fazem ver delineada uma estrutura que tem quase nenhuma ou nenhuma forma física. Por exemplo, conceber o medo como um objeto permite dizer que se tem medo ou que se perdeu o medo. A personificação também é uma possibilidade das metáforas ontológicas, uma vez que dessa forma propriedades humanas são conferidas a entidades não-humanas. Por meio desse tipo de metáforas, pode-se dizer, por exemplo, que uma teoria explica, a vida engana, a inflação devorou ou o computador morreu.

Por fim, a terceira categoria da classificação das metáforas conceptuais referente às funções cognitivas dessas construções é a das metáforas orientacionais. Esse tipo de metáforas dá ainda menos estrutura conceptual ao domínio-alvo. A função delas é tornar coerente um conjunto de conceitos. Ao usar as orientações humanas básicas, como para cima-para baixo ou centro-periferia, as metáforas orientacionais funcionam como metáforas da coerência.

Isso porque dá uniformidade a certos conceitos-alvo. Como exemplos, tem-se: [MAIS É PARA CIMA/MENOS É PARA BAIXO]; [SAUDÁVEL É PARA CIMA/DOENTE É

PARA BAIXO]; [CONSCIENTE É PARA CIMA/INCONSCIENTE É PARA BAIXO]; [RACIONAL É PARA CIMA/NÃO RACIONAL É PARA BAIXO]. Tais metáforas orientacionais podem ser exemplificadas pelas expressões linguísticas “Ele caiu em coma”, “A discussão subiu para um nível mais coerente” ou “Ele não conseguiu impedir a queda do nível do debate” (Kövecses, 2002).

Essas indicações e classificações teóricas servem para assentar o que se chama de TMC Clássica, conforme os *insights* de Lakoff e Johnson (2002), em “Metáforas da Vida Cotidiana”, que sela a fundação da LC em 1980. Tais indicações são sumarizadas por Kövecses (2002), em “*Metaphor: A Practical Introduction*”.

Recentemente, Kövecses (2020) apresenta em “*Extended Conceptual Metaphor Theory*”, a TMC Estendida, que aprofunda e desdobra tanto a TMC Clássica quanto termos e abordagens introduzidas por outros pesquisadores da LC, a exemplo de Fillmore, Grady, Musolff, Fauconnier e Turner. Dessa forma, o que era fundamentado em uma fórmula linear [DOMÍNIO CONCEPTUAL A É DOMÍNIO CONCEPTUAL B] se torna uma estrutura multinível, com quatro níveis de esquematicidade e especificidade. Os níveis são, do mais esquemático ao mais específico: esquema imagético, domínio, *frame* e espaço mental.

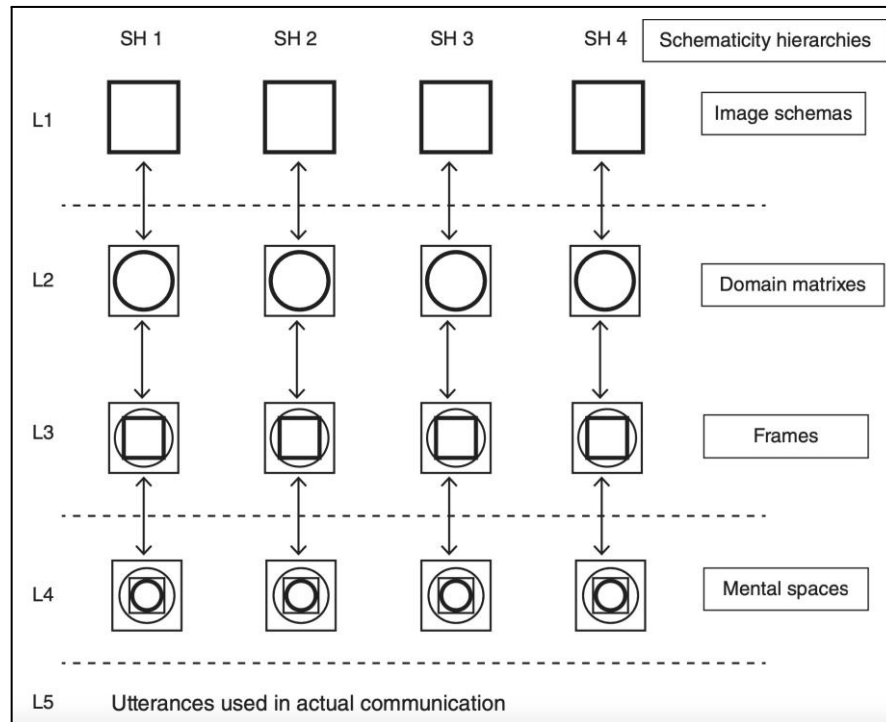
Para compreender de que se tratam e como se comportam os níveis de esquematicidade, cabe citar Kövecses (2020):

Seguindo Lakoff (1987), Langacker (1987) e Rosch (1978), presumo que muito do nosso conhecimento sobre o mundo vem em grandes sistemas de conceitos organizados em hierarquias em vários níveis (nível superordenado, nível básico, nível subordinado). Os sistemas de conceitos assim conectados são relacionados por esquematicidade, que é definida por Langacker (1987: 492) da seguinte forma: “Esquematicidade [é] Precisão relativa de especificação ao longo de um ou mais parâmetros.” Se for esse o caso, podemos ver os “domínios de origem” de metáforas conceituais como um grande sistema de conceitos relacionados entre si em vários níveis, ou camadas, de precisão de especificação. A visão implica que, dados conceitos particulares, os vários níveis de esquematicidade formam uma hierarquia contínua; os vários níveis se transformam gradualmente em níveis mais ou menos esquemáticos. Em outras palavras, os níveis dentro dessas hierarquias de esquematicidade não têm limites rígidos, mas são classificados quanto à sua esquematicidade” (Kövecses, 2020, p. 51-52. Tradução nossa)².

² “Following Lakoff (1987), Langacker (1987), and Rosch (1978), I assume that much of our knowledge about the world comes in large systems of concepts organized into hierarchies at various levels (superordinate level, basic level, subordinate level). The systems of concepts so connected are related by schematicity, which is defined by Langacker (1987: 492) as follows: “Schematicity [is] Relative precision of specification along one or more parameters.” If this is the case, we can see the “source domains” of conceptual metaphors as a large system of concepts related to each other at several levels, or layers, of precision of specification. The view entails that, given particular concepts, the various levels of schematicity form a continuous hierarchy; the various levels shade gradually into more or less schematic levels. In other words, the levels within such schematicity hierarchies do not have rigid boundaries but are graded as regards their schematicity” (Kövecses, 2020, p. 51-52).

Dessa forma, apesar de se misturarem no funcionamento do sistema conceptual e das metáforas conceptuais, os quatro níveis mantêm o critério de categorização relativo à esquematicidade e à especificidade. Ao mesmo tempo em que formam uma hierarquia sob esse parâmetro, é uma hierarquia contínua, com limites decisivos, mas porosos. Os limites entre os níveis são melhor entendidos com apoio da Figura 1 abaixo.

Figura 1 – A hierarquia de esquematicidade com três principais distinções entre os níveis



Fonte: Kövecses, 2020, p. 55.

A Figura 1 representa a hierarquia de esquematicidade e especificidade dos quatro níveis da visão multinível de metáfora conceptual. O nível mais esquemático e menos específico está no topo da Figura 1 e são os esquemas imagéticos. Abaixo dele, um pouco menos esquemáticos, estão os domínios. Já mais específico e menos esquemático que os domínios está o nível dos *frames*. Por fim, os espaços mentais são o nível mais específico e menos esquemático da metáfora conceptual ou da conceptualização.

As linhas pontilhadas retomam a porosidade entre os níveis. Além disso, a linha entre os esquemas imagéticos e os domínios/*frames* (L1 e L2) separa a estrutura analógica acima dela – os esquemas imagéticos – das estruturas não analógicas embaixo. Já a linha entre domínios/*frames* e espaços mentais (L3 e L4) separa acima as estruturas da memória de longo prazo daquelas embaixo dela, as estruturas do processamento *online* na memória de trabalho.

A linha entre L4 e L5 marca o sistema conceptual em cima e o sistema linguístico embaixo, feito das “sentenças usadas na comunicação real”³ (Kövecses, 2020, p. 55).

Exemplos de trabalhos nessa linha são os artigos “Morte em propaganda: teorias do humor, mesclagem e metáfora” e “Vinho é calor: integração conceptual e metáforas em níveis na conceptualização de memes”, de Bernardo (2023; 2022), e a dissertação de mestrado “Conceptualizações de vida e de morte em notas de suicídio escritas por brasileiros no século XXI”, de Knoth (2024). No artigo, Bernardo (2022) mobiliza, por exemplo, metáforas ordenadas como [SACA ROLHA É CORPO], [CONSUMO DE VINHO É ATIVIDADE FÍSICA AERÓBICA], [CONSUMO DE VINHO É CALOR] e [MAIS VINHO É MAIS CALOR], em espaços de mescla conceptual, para conceptualizar *vinho*.

Dessa forma, a Teoria da Metáfora Conceptual Clássica fundamenta a TMC Estendida, que avança e integra fontes pluricêntricas da Linguística Cognitiva em uma visão multinível de metáfora conceptual. Para descrever e interpretar conceptualizações de “política” em entrevista de Marina Silva, é necessário ter feito esse panorama teórico da TMC e apresentar, como se faz a seguir, o papel da LC na interdisciplinaridade com Ciência Política praticada nesta pesquisa.

2.3 PAPEL DA LINGUÍSTICA COGNITIVA NA ARENA/CIÊNCIA POLÍTICA

O empreendimento interdisciplinar entre LC e Ciência Política, como o que pretende se desenvolver nesta dissertação, não é inédito e já foi realizado por George Lakoff, fundador da LC, inúmeras vezes. Esta pesquisa centra-se em um desses livros escritos em tal limiar: “*The Political Mind: A Cognitive Scientist’s Guide to Your Brain and Its Politics*” (Lakoff, 2009).

Com essa referência, vê-se o que pode ser a contribuição do linguista cognitivo na arena política e, mais especificamente, nos estudos contemporâneos de Ciência Política. Esta pesquisa pretende ser, afinal, uma dissertação de mestrado interdisciplinar, também entre LC e Ciência Política. Por isso, para analisar as conceptualizações de “política” ativadas pela entrevista analisada, recorre-se a publicações de cientistas políticos, especificamente Bianchi, Rezende e Teixeira (2019), Couto (2019), Franzese e Pedroti (2005), Pinto e Teixeira (2023) e Silva e Teixeira (2022).

Em “*The Political Mind*”, Lakoff (2009) estabelece relações entre cérebro, mente, razão e racionalidade, partindo dos neurônios-espelho (responsáveis pela empatia) e indo até o pensamento progressista. Esse pensamento tem como valores a empatia, a responsabilidade e

³ “*utterances used in actual communication*” (Kövecses, 2020, p. 55. Tradução nossa).

a ética da excelência, segundo Lakoff (2009). Nesse bojo, ele desenrola os valores políticos por meio da metáfora [NAÇÃO É FAMÍLIA], em que o governo é mapeado como pai, seguindo suas variações. Tenta, por fim, estabelecer certa união em torno de valores políticos comuns.

Ao detectar um déficit de empatia, Obama, citado por Lakoff (2009), no discurso do Dia de Martin Luther King de 2008 e em entrevistas do mesmo ano, também citadas por Lakoff (2009), defende um patriotismo que signifique responsabilidade, gentileza e compaixão, ou se importar uns com os outros. Essa ética do cuidado e do respeito é também a base da democracia (Lakoff, 2009). Além disso, Obama, no discurso citado, segundo Lakoff (2009), vê a proteção social e o empoderamento econômico das pessoas como missões do governo.

A introdução de “*The Political Mind*” é particularmente intrigante e oferece o contexto político de produção da obra, um contexto de guerra cultural. Essa guerra se dá entre os conservadores radicais e os progressistas/democráticos. Não é difícil perceber que os valores dos radicais de direita – como defesa do uso da força ou homenagem a ditadores/torturadores – são incompatíveis com a democracia. Por isso, Lakoff (2009) percebe que o futuro da democracia está em risco.

O campo de batalha mais importante da guerra cultural é a mente humana, com a habilidade de saber como o cérebro funciona nos níveis consciente e inconsciente. A mudança social se faz não só material, institucional e politicamente, mas tem como fontes e destinos mudanças cerebrais. Estruturas mentais conceptualizam experiências e orientam a ação, portanto, mudar realidades políticas significa mudar *frames* (Lakoff, 2009).

Dessa forma, o autor estadunidense, um dos fundadores da LC, afirma que “*The Political Mind*” serve para tornar o *advocacy* (pressão democrática) político progressista mais efetivo e oferecer um entendimento profundo da vida política. O livro pretende usar o conhecimento de como a mente funciona com a linguagem para acessar modos de pensamento e ação no campo político. Esta pesquisa de mestrado tem o mesmo objetivo.

Lakoff (2009) destaca que, quando se apontam modos de pensamento e suas consequências, não se confundem rótulos ou identificações partidárias com modos de pensamento. Ao criticar a visão Iluminista de razão, que ainda permeia todos os modos de pensamento, Lakoff (2009) afirma que, mesmo as pessoas que ativam mais frequentemente o modo de pensar progressista, são limitadas por essa visão de razão.

O problema da noção Iluminista de mente/razão é que ela é consciente, universal, descorporificada, lógica, não-emocional, pretensamente neutra, baseada-no-interesse e literal.

Apesar disso, a relevância da razão – derivada do Iluminismo –, é fundamento da democracia. E, em tempo, a LC oferece uma visão de mente e de razão atualizada, com os opostos ou complementares dos caracteres da noção Iluminista.

Essa mudança de entendimento da razão e da mente é necessária para dar conta do comportamento político real. Tal comportamento supera a velha dicotomia razão e emoção, demonstrando que a emoção é central e legítima na aderência e persuasão política e que as reações emocionais apropriadas são parte da razão.

Sabendo que a maior parte da razão é inconsciente e que todo pensamento é atividade cerebral, compreende-se que não conhecemos nosso cérebro. O pensamento inconsciente, reflexivo, e o pensamento consciente, reflectivo, são afinal captados parcialmente pelas descrições cognitivistas. Portanto, empreendimentos teórico-metodológicos como esta pesquisa visam entender por que o cérebro faz opções sobre as quais a pessoa não está conscientemente atenta, mas que estão enraizadas em estruturas conceptuais e linguísticas.

Se a mente é corporificada, estendendo-se pela espinha dorsal e nervos, via conexões neurais, nossas ideias de política e de moralidade são também corporificadas e fundadas no inconsciente. Ao descrever estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”, chega-se a valores profundos, enquadramentos específicos, posicionamentos arraigados e esquemas mentais que guiam os atores políticos.

Importa, por fim, usar os *insights* da LC para intervir em operações da mente política. Isso porque política é, em grande medida, sobre mudar mentes (Lakoff, 2009). E, ao entender a racionalidade profunda, expande-se o entendimento dos princípios democráticos, tais como liberdade, equidade, justiça, progresso e felicidade. Essa nova visão de linguagem se integra, então, a um novo entendimento racional da realidade, corporificado e experiencial, consciente e inconsciente. Lakoff (2009) remata:

Como a linguagem é usada para comunicar o pensamento, nossa visão da linguagem também deve refletir nossa nova compreensão da natureza do pensamento. A linguagem é ao mesmo tempo um fenômeno superficial e uma fonte de poder. É um meio de expressar, comunicar, acessar e até mesmo moldar o pensamento. As palavras são definidas em relação a *frames* e metáforas conceptuais. A linguagem ‘se encaixa na realidade’ na medida em que se encaixa em nossa compreensão da realidade baseada no corpo e no cérebro. Como todos temos corpos e cérebros semelhantes e vivemos no mesmo mundo, em muitos casos parecerá que a linguagem se encaixa diretamente na realidade. Mas quando nossa compreensão da realidade difere, o que a linguagem significa para nós também pode diferir, muitas vezes radicalmente. Na política, isso acontece com tanta frequência que temos que prestar muita atenção ao uso da linguagem.

A linguagem obtém seu poder porque é definida em relação a *frames*, protótipos, metáforas, narrativas, imagens e emoções. Parte de seu poder vem de seus aspectos inconscientes: não estamos conscientemente atentos a tudo o que ela evoca em nós, mas está lá, escondida, sempre em ação. Se ouvirmos a mesma linguagem

repetidamente, pensaremos cada vez mais em termos dos *frames* e metáforas ativados por essa linguagem. E não importa se você está negando palavras ou questionando-as, os mesmos *frames* e metáforas serão ativados e, portanto, fortalecidos.

A linguagem usa símbolos. A linguagem é uma ferramenta, um instrumento – mas é a superfície, não a alma, do cérebro. Quero que olhemos além da linguagem. Novas cortinas não salvarão sua casa se a fundação estiver rachando” (Lakoff, 2009, p. 15. Tradução nossa).⁴

Portanto, a LC se mistura à Ciência Política, em Lakoff (2009) e aqui, para ajudar a compreender e transformar a fundação do pensamento progressista/democrático, ao analisar conceptualizações de “política” acionadas por uma agente política desse campo. Quer-se avançar de uma visão de razão do velho Iluminismo a uma visão do século XXI sobre cérebro, mente, razão e racionalidade, através da linguagem.

Nessa nova abordagem, entendem-se razão e mente como indissociáveis da linguagem, da emoção, do corpo, das narrativas culturais, dos *frames*, das metáforas e, dessa forma, da experiência e dos fenômenos. Faz-se isso através da aplicação de procedimentos capazes de acessar os valores e princípios, construídos metaforicamente, tão profundos quanto básicos, de “política”. A ativação dessas metáforas conceptuais/conceptualizações se dá em usos contingentes e reiterados da linguagem e, por extensão, do pensamento, fornecendo orientações à ação para e a partir dos conceptualizadores.

⁴Since language is used for communicating thought, our view of language must also reflect our new understanding of the nature of thought. Language is at once a surface phenomenon and a source of power. It is a means of expressing, communicating, accessing, and even shaping thought. Words are defined relative to frames and conceptual metaphors. Language “fits reality” to the extent that it fits our body-and-brain-based understanding of the reality. Since we all have similar bodies and brains and live in the same world, it will appear in many cases that language just fits reality directly. But when our understanding of reality differs, what language means to us may differ as well, often radically. In politics that happens so often that we have to pay close attention to the use of language.

Language gets its power because it is defined relative to frames, prototypes, metaphors, narratives, images, and emotions. Part of its power comes from its unconscious aspects: we are not consciously aware of all that it evokes in us, but it is there, hidden, always at work. If we hear the same language over and over, we will think more and more in terms of the frames and metaphors activated by that language. And it doesn’t matter if you are negating words or questioning them, the same frames and metaphors will be activated and hence strengthened. Language uses symbols. Language is a tool, an instrument – but it is the surface, not the soul, of the brain. I want us to look beneath language. New curtains won’t save your house if the foundation is cracking (Lakoff, 2009, p. 15

3 TEORIAS DA DEMOCRACIA E SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Nesta seção, interessa construir os fundamentos da análise interdisciplinar, referente à Ciência Política, das conceptualizações de “política” ativadas por Marina Silva, na entrevista ao Roda Viva (10/03/2025), observada aqui. Entende-se que não é possível entender a entrevista profundamente sem se deter em tópicos caros às teorias da democracia e aos princípios do sistema político brasileiro contemporâneo.

Esses tópicos vão desde a origem da democracia, seu percurso conceitual e histórico, até os debates da democracia liberal moderna, com experiências de participação social, em voga na maioria dos países e no Brasil. Dessa forma, monta-se, além da base teórica em Ciência Política, o macrocontexto político-institucional em que se insere profissionalmente Marina Silva (conceptualizadora analisada): a democracia e o sistema político brasileiro contemporâneo.

3.1 DEMOCRACIA GREGA ANTIGA E DEMOCRACIA LIBERAL MODERNA

Em “A Teoria da Democracia Revisitada: Volume 1 – O Debate Contemporâneo”, Sartori (1994), no capítulo “A democracia grega e a democracia moderna”, traça as diferenciações entre um e outro conceito, ao comentar o termo “democracia”. Mesmo tendo ficado de fora do vocabulário político por um longo período de tempo, “democracia” aderiu a significados diferentes e relativos, atrelados a contextos históricos e modos de pensamento também diferentes.

Por essa trajetória linguística, o conceito atual de democracia é muito diverso daquele desenvolvido no século V a.C. para designar a democracia grega antiga, quando apareceu. “Democracia” contemporaneamente encarna valores e objetivos que os gregos não conheciam, como liberdade individual, igualdade socioeconômica (ou de oportunidades), respeito às minorias e direitos humanos. O próprio termo “Estado democrático” seria uma franca contradição entre os gregos.

O termo “Estado”, no latim *status*, é originalmente uma condição, situação ou estado de ser (a exemplo de *status* social). A forma reificada do termo só aparece em Maquiavel, definido como uma entidade impessoal, no sentido da política moderna. Ainda assim, Maquiavel usa pouco e com cuidado o termo. No Renascimento europeu, contexto de Maquiavel, entre a segunda metade do quattroceto e a primeira do cinquecento, não se usava nem “Estado” nem “democracia”. Mas, sim, “*regnum*” para reino e “*civitas*” para república.

Nem Hobbes, que preferia “comunidade”, nem Bodin, responsável por converter “*imperium*” em “soberania”, bases do Estado moderno, usavam a palavra “Estado”. O uso consistente de “Estado” começa no fim do cinquecento, na literatura da razão de Estado, interessada na capacidade de sobrevivência de todo e qualquer organismo político (Sartori, 1994).

Ao passo que “Estado” entra em vigor na terminologia política, “*res publica*” (a sociedade politicamente organizada) passa a se separar conceptualmente das estruturas de comando e autoridade, poder e coerção, caracteres imantados pelo novo termo. Portanto, não é possível falar em Estado democrático na Grécia Antiga. Sartori (1994) afirma:

Assim, se os gregos tivessem concebido o Estado como nós, a noção de “Estado democrático” lhes teria parecido uma contradição em termos. O que caracterizava a democracia dos antigos era exatamente o fato de *não ter um Estado* – de ter menos Estado, poderíamos dizer, que qualquer outra forma possível de *polis*. portanto, as democracias antigas não nos podem ensinar coisa alguma sobre a construção de um Estado democrático e sobre a forma de conduzir um sistema democrático que compreenda muito mais que uma cidade pequena: que compreenda uma grande faixa de território habitado por uma vasta coletividade. Mas isso não é tudo. A diferença entre as democracias antiga e moderna não é apenas de dimensões geográficas e demográficas exigindo soluções completamente diferentes mas também uma diferença de objetivos e valores (Sartori, 1994, p. 36).

O debate sobre democracia grega antiga como possível referência para as democracias contemporâneas paira, portanto, equivocadamente por literatura considerável (Sartori, 1994). Isso acontece pela alusão à democracia direta que a experiência grega antiga desperta. Nas democracias antigas, de fato, as diferenças entre participação contínua no exercício do poder e sistema de limitação e controle do poder, os que governam e os que são governados, os cidadãos e os políticos profissionais, eram inexistentes. No entanto, os cidadãos eram os homens livres, excluídos os escravos e as mulheres de uma população muito menor que os números demográficos de hoje.

Cabe sublinhar, ainda, que a *polis* era um laboratório privilegiado para o experimento da democracia pura, mais próxima da democracia direta ou participativa. Isso porque as cidades antigas eram muito pequenas e os cidadãos habitavam quase simbioticamente a *polis*, vivendo com ela e ligados a ela “por um destino comum de vida e morte” (Sartori, 1994, p. 38). As condições eram ótimas porque a comunidade era compacta e unificada por *ethos* religioso, moral e político, que convergiam na *polis*. Mesmo sob essas condições, a democracia baseada na participação direta se mostrou frágil.

Na categorização de Aristóteles das formas políticas, uma compreensão aparentemente socioeconômica de democracia surge: a democracia era o “governo dos pobres”. Mesmo se os

ricos fossem maioria, segundo a tipologia aristotélica, formariam uma oligarquia, e os pobres no poder, mesmo se fossem minoria, formavam uma democracia. Isso também pode ser explicado pela situação da democracia que Aristóteles observava, no século IV a.C.

O contexto histórico era de clivagem social na *polis*. Ora os ricos governavam sob seus interesses particulares, ora os pobres governavam sob os seus. Dessa forma, Aristóteles observava “a desintegração da democracia grega pela luta de classes” (Sartori, 1994, p. 39). Havia, entretanto, um motivo gerado pelo próprio funcionamento democrático nos termos de então: a hipertrofia política e a conseqüente atrofia econômica.

A democracia parecia tornar-se cada vez mais perfeita, graças à dedicação quase integral dos cidadãos ao autogoverno. Não existia liberdade para deixar as questões públicas de lado e cuidar dos interesses pessoais e econômicos. Dessa forma, os cidadãos ficavam cada vez mais pobres e a desigualdade aumentava. A produção do animal político aconteceu, assim, em detrimento do *homo oeconomicus*. Além disso, a luta de classes entre ricos e pobres acabou por destruir a democracia da Antiguidade, marcada por “uma cidadania total que foi longe demais” (Sartori, 1994, p. 39).

O que resta dessa viagem no tempo, da democracia grega antiga à democracia moderna e contemporânea, é sobretudo a dicotomia entre democracia direta e democracia liberal moderna. Ou, em outros termos, democracia participativa e democracia representativa. A superação dessa dicotomia pelas teorias da democracia, com os exemplos e avanços teóricos ao longo da história dos governos, importa decisivamente no campo da Ciência Política que estuda os modelos democráticos.

3.2 TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DA DEMOCRACIA E SISTEMA POLÍTICO

Bianchi, Rezende e Teixeira (2019) categorizam as teorias democráticas em elitistas e pluralistas. Depois, introduzem as teorias da democracia participativa e, através desse percurso teórico, superam a dicotomia entre democracia representativa e democracia participativa. Franzese e Pedroti (2005), por sua vez, oferecem visão dos limites e possibilidades da participação na democracia.

A Teoria das Elites, ou Elitismo, foi criada por Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto para se contrapor aos modos de pensamento democrático e socialista dos séculos XIX e XX. Ela apresenta como “lei sociológica inexorável a retenção de poder por um grupo pequeno de atores” (Bianchi, Rezende e Teixeira, 2019, p. 136). O sufrágio universal é, assim, a produção da legitimidade concedida a um pequeno grupo de representantes eleitos. Portanto, segundo a abordagem, a Teoria das Elites pode ser estrutura de democracias.

A teoria pluralista da democracia, criada por Robert Dahl (2005), não chega a ser uma ruptura em relação às teorias elitistas. Isso porque naquela teoria se considera democracia um contexto em que grupos de interesse competem pelo poder. Dessa forma, a democracia, nomeada em Dahl (2005) de poliarquia, é um pretendido equilíbrio competitivo entre os grupos em conflito (Teixeira et al., 2019). O princípio básico é que todos os grupos de interesse possam influenciar as respectivas políticas e que nenhum deles tenha domínio do governo.

Por fim, as teorias da democracia participativa surgem nas décadas de 1970 e 1980. Já em 1990, aparece a teoria da democracia deliberativa, cujo maior expoente é Habermas. Teóricos da democracia deliberativa e da democracia participativa se unem para estabelecer uma linha crítica às teorias elitistas e pluralistas. Mesmo com diferenças, esses teóricos

defendem a premissa de que a legitimidade democrática está alicerçada no fortalecimento do princípio de soberania popular, perspectiva oposta em relação às correntes fundamentadas na representação enquanto elemento central.

Ainda de acordo com Fedozzi (2015, apud Cunningham, 2009), a teoria da democracia participativa compreende a representação de maneira negativa, entretanto, inevitável, de tal maneira que se debruça positivamente em favor dos mecanismos de participação. Por sua vez, as teorias deliberativas mesmo que considerem a expansão da participação e o fortalecimento das arenas públicas, estão vinculadas na ideia que a principal condição de legitimidade democrática está assentada a um conjunto de regras que permitam e incentivem o debate público sobre questões gerais e específicas, assim como sobre as próprias regras e procedimentos que regulam estes debates.

Outro aporte relevante trata do conceito de Instituições Participativas (IPs). Fedozzi (2015, apud Lüchmann, 2007) insere as IPs em um contexto de superação da dualidade entre participação e representação [...] (Bianchi, Rezende e Teixeira, 2019, p. 137).

As duas características específicas das IPs são a participação individual e coletiva voluntária e, portanto, diferente do político profissional e próxima de uma política amadora ou de movimentos sociais; e a diversificação da representação nesses espaços, com escolha de representantes por diversos processos. Essa última característica leva a debates sobre autorização, representatividade, responsividade e *accountability* nos processos participativos. Por fim, as IPs são espaços oficiais focados na inserção dos cidadãos nas tomadas de decisão sobre políticas públicas, de caráter consultivo e deliberativo.

Exemplo de debate sobre *accountability* e responsividade é o artigo “Limites e Possibilidades do Orçamento Participativo: Para Além da Retórica”, de Franzese e Pedroti (2005). Cabe destacar que essas duas noções – *accountability* e responsividade – são caras não apenas para as teorias da democracia participativa e deliberativa, mas para as teorias da democracia e dos sistemas políticos em geral. Segundo Franzese e Pedroti (2005):

Responsividade significa adotar as políticas preferenciais assinaladas pelos cidadãos. Há dois momentos em que eles indicam quais são suas preferências: o momento do voto (votar em um determinado político significa a concordância do eleitor com as propostas de políticas apresentadas durante a campanha eleitoral, logo ser responsivo implica adotar políticas em conformidade com a plataforma de campanha eleitoral); e opiniões emitidas por meio de pesquisas de opinião, manifestações políticas etc.

Diante da explicação desse conceito, os três autores colocam a seguinte indagação: “ser responsivo significa ser representativo?” A resposta que nos apresentam é: nem sempre. Os governantes possuem determinadas informações que não estão acessíveis aos cidadãos. Antes de chegarem ao poder, os políticos julgam saber o que é melhor para a coisa pública. Ao se depararem com a realidade governamental, passam a deter informações e conhecimentos sobre diferentes situações (*states of the world*) que não os permite agir como anteriormente proposto. Com base nisso, se agirem de maneira responsiva (isto é, cumprindo as promessas de campanha ou adotando políticas que possam agradar a população) não estarão sendo representativos (agindo da melhor maneira para a coisa pública).

[...] *Accountability* é segundo Mosher (1968:7) “a obrigação de responder por algo (...) ela acarreta a responsabilidade de uma pessoa ou organização perante uma outra pessoa, fora de si mesma, por alguma coisa ou por algum tipo de desempenho”. Silva (2001) definiu *accountability* como “a capacidade que o público/cliente/cidadão tem de exigir que contratos, no sentido amplo do termo, sejam respeitados”. Existe uma polêmica quanto à tradução do conceito para o português, questão discutida por Campos (1990). Silva (2001) sugere como tradução o termo “imputabilidade”: direito maior assegurado ao cidadão de exigir seus direitos em geral (Franzese e Pedroti, 2005, 210-211).

Portanto, ser representativo é agir segundo os melhores interesses públicos, com certa independência do que os cidadãos pensam ser seus interesses. Isso porque há uma assimetria de informação entre o *agent* (Estado) e o cidadão (*principal*). Os *agents* têm conhecimento privilegiado de suas motivações e capacidades e podem observar fenômenos por perspectivas a que os *principals* não têm acesso. Importa, dessa forma, que os cidadãos obtenham o máximo de informações sobre os movimentos e ações do Estado a fim de avaliar o alinhamento do representante com o interesse público.

Essa tentativa de reequilíbrio informacional, por parte dos *principals*, através da transparência, é o que torna os governos responsáveis (*accountable*). Isso porque, tendo acesso aos dados e fatos de governo, os cidadãos têm como saber se os *agents* estão trabalhando pelo interesse público ou não e, com base nisso, confrontá-los, responsabilizá-los, reelegê-los ou eleger seus indicados/opponentes.

Em suma, entende-se que responsividade – cumprir as promessas de campanha e adotar políticas que agradem a população – e representatividade, agir conforme o melhor interesse público, nem sempre coincidem, mas são ambos fundamentos do Estado democrático. A democracia representativa liberal, com menos ou mais IPs, conta ainda com arranjos e instituições de transparência, fiscalização e prestação de contas/responsabilização (*accountability*) do Estado e seus agentes por parte de outras esferas de poder do governo, do público ou do cidadão (Franzese e Pedroti, 2005).

Sobre a experiência do Orçamento Participativo (OP), considerada uma prática de democracia participativa, Franzese e Pedroti (2005) sublinham que implantá-lo não garante uma ampliação da democracia por a participação direta ser aparentemente mais democrática do que a participação na eleição de representantes. Cabe sublinhar que as próprias IPs dispõem de mecanismos representativos, que podem também ser questionados. Ainda assim, as IPs servem para aumentar a responsividade e para disparar dispositivos de transparência e, por extensão, de *accountability*.

Então, o que de fato melhora as condições democráticas é a combinação entre formas representativas e participativas, como acontece na prática. Burilar os procedimentos, estruturas, vinculações e consistências das IPs e da democracia representativa importa, quando o fim é a melhora contínua das formas democráticas. Na seção seguinte, focalizam-se, especificamente, os princípios e valores do sistema político brasileiro contemporâneo.

3.3 MACROCONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DA CONCEPTUALIZADORA MARINA SILVA: *CHECKS-AND-BALANCES* E AS TRÊS DIMENSÕES DE POLÍTICA

A fim de entender o funcionamento do sistema político brasileiro contemporâneo, em termos de modelo democrático, contexto da conceptualizadora em análise, lança-se mão do livro “Sistema de Governo e Políticas Públicas” (Couto, 2019). Nesse livro, o autor se pergunta sobre as relações entre capacidade de governo e instituições democráticas, alcance e limites do poder do Estado.

A abordagem é descritiva e apresenta três dimensões do processo político democrático: constituição do Estado democrático; desenrolar do jogo político; e produção das ações de governo. Dessa forma, entre um Estado impotente e um Estado todo-poderoso, estão as regras do jogo, o próprio jogo e as políticas públicas, desenhados dentro de um *trade-off* entre eficácia e limites e de um aparelho de controles recíprocos.

Esses freios e contrapesos (*checks and balances*) são a realização do princípio dos três poderes, pensado por Montesquieu no Iluminismo europeu. Cabe, entretanto, uma diferenciação fina entre separação de poderes e *checks and balances*. Para Couto (2019) e para Przeworski (1998), em “The State and the Citizen”, a separação de poderes, com cada órgão restrito a funções específicas, leva a uma supremacia do Legislativo. Isso porque, por esse princípio, a constituição das regras democráticas (leis) é atribuição particular do parlamento.

Em tempo, o sistema de *checks and balances* limita a soberania legislativa. Nos Estados Unidos, foi introduzido para isso e, por meio dele, a lei aprovada no parlamento

precisa ser sancionada (pode também ser vetada) pelo presidente. Além disso, submete-se ao controle constitucional *ex ante* ou *ex post* do Judiciário, sobretudo do Supremo Tribunal Federal (STF).

As ações do Executivo são também habilitadas ou censuradas pelo Legislativo, em sua dimensão fiscalizadora, com auxílio do Tribunal de Contas, e em casos extremos de investigação e afastamento. O Judiciário, por sua vez, pode constranger Legislativo e Executivo e é condicionado parcialmente pelos procedimentos de indicação, sabatina e eventuais censuras ou jogos de poder com o Legislativo.

Com isso em mente, para assentar a forma e os movimentos do modelo democrático e sistema político brasileiro, cabe sublinhar a abordagem proposta por Couto (2019):

Já foi mencionado o fato de que o acordo constitucional vigente numa democracia define o escopo das atribuições dos governantes. Foi também apontado que esse mesmo acordo estipula o desenho do Estado, determinando, por exemplo, o sistema de governo vigente e a conseqüente relação entre os três Poderes. O que se indica agora é que o acordo constitucional deve também definir as demais regras que regem o desenrolar do processo político, quais os ritos a serem seguidos, os atores habilitados a participar das diversas fases do processo decisório, a forma como essa participação deve se dar, o que compete a cada um, as regras de tomada de decisão para cada tipo de iniciativa etc. Noutros termos, é a estrutura constitucional do Estado, a *polity*, que define as condições em que se desenvolverá o jogo político propriamente dito, a *politics*. Mas se a constituição compreende o conjunto das regras do jogo, ela não define em princípio quais serão os resultados desse jogo, ou seja, quais serão as decisões políticas tomadas, ou as *policies*. Estas consistem no conteúdo do processo governamental, naquilo que o governo produz sob determinadas regras, a partir de conflitos, negociações e acordos travados entre os vários atores participantes dos diversos âmbitos decisórios (Couto, 2019, p. 20 e p. 22-23).

Dessa forma, além dos freios e contrapesos entre os poderes (*checks and balances*), a democracia representativa liberal moderna e contemporânea, especificamente a brasileira, pode ser analisada sob as três categorias do processo democrático propostas por Couto (2019). Cabe sublinhar que qualquer agente político e, em particular, os políticos profissionais e ministros de governo, como Marina Silva, conceptualizadora observada aqui, precisa lidar com essas três dimensões (*polity*, *politics* e *policies*) e com os dispositivos de *checks and balances*.

4 METODOLOGIA: PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DA ENTREVISTA

Esta seção visa apresentar os procedimentos metodológicos acionados na pesquisa. Além disso, descreve brevemente a entrevista e a entrevistada do Roda Viva em 10/03/2025, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Governo Lula 3, Marina Silva.

Os procedimentos metodológicos variam de acordo com os níveis da estrutura de conceptualizações de “política”. Indicadas por Kövecses (2020), as abordagens acionadas são a revisão bibliográfica, a abordagem intuitiva, a abordagem lexical, aqui adaptada para léxico-especializada, e a leitura rizomática dos enunciados, de base discursiva; e estão descritas na subseção 4.1.

Nessa subseção, apresentam-se dois esquemas de Kövecses (2020): um que sistematiza uma ou mais abordagens para a descrição e interpretação de cada nível das conceptualizações (Quadro 1); e outro que apresenta a fórmula da TMC Clássica formando a disposição metafórica de cada nível, na projeção do domínio-fonte para o domínio-alvo (Figura 2), em processos dinâmicos e variáveis. Apresenta-se também um inventário dos esquemas imagéticos mais comuns, sumarizados por Croft e Cruse (2004), no Quadro 2.

Já as subseções referentes à descrição da entrevista e da entrevistada (4.2 e 4.3) oferecem justificativas e informações da história e do formato do Roda Viva, além de apresentação breve da trajetória acadêmico-profissional de Marina Silva. A partir da visão sobre os procedimentos metodológicos da TMC Estendida e sobre a entrevista fonte dos dados de uso linguístico, tem-se uma base firme para apresentar os resultados da pesquisa.

4.1 PROCEDIMENTOS, ABORDAGENS E NÍVEIS

Os procedimentos metodológicos a serem levados a cabo pelo linguista cognitivo sob a TMC Estendida são elencados por Kövecses (2020), no capítulo 4 (“*Domains, Schemas, Frames, or Spaces?*”), de “*Extended Conceptual Metaphor Theory*”. Com ele, entende-se que, para cada nível de esquematicidade/especificidade, lança-se mão de abordagens próprias a fim de gerar a modelagem dos níveis.

As abordagens são o levantamento bibliográfico, a abordagem intuitiva, a abordagem lexical, aqui adaptada para uma abordagem léxico-especializada, e a abordagem rizomática de análise de discurso.

Para cada nível (esquemas imagéticos, domínios, *frames* e espaços mentais), podem ser usadas uma ou mais abordagens e essa constelação de procedimentos resulta nas estruturas multiníveis de conceptualizações. Aqui, as estruturas multiníveis de conceptualizações de

“política” são compostas por metáforas conceituais correlacionadas em uma hierarquia de esquematicidade/especificidade.

Para descrever e explicar nível por nível e suas respectivas abordagens de construção científica, cabe retomar a TMC Estendida e apresentar dois dos muitos esquemas esclarecedores apresentados em Kövecses (2020). No primeiro (Quadro 1), o autor resume e sugere as abordagens para geração das metáforas conceituais em cada nível. No segundo (Figura 2), fica patente que a forma de cada nível é a forma de metáforas conceituais.

Quadro 1 – Níveis de esquematicidade e métodos de pesquisa em metáfora

IMAGE SCHEMAS	–	Psycholinguistics; Neuroscience

DOMAINS	–	Intuitive approach; Lexical approach; Framenet
FRAMES		

	–	Discourse analysis; Computational modeling
MENTAL SPACES	–	Corpus linguistics
	–	Psycholinguistics; Neuroscience

Fonte: Kövecses, 2020, p. 88.

No Quadro 1, vê-se que a psicolinguística e a neurociência oferecem, por seus próprios estudos, esquemas imagéticos, o nível mais esquemático de conceptualizações. Nesta pesquisa, o acesso a esses resultados da psicolinguística e da neurociência se dá de forma secundária. Faz-se isso ao consultar estudos de LC, como o livro “*Cognitive Linguistics*”, de Croft e Cruse (2004), em que os autores apresentam discussão dos esquemas imagéticos mais comuns (Quadro 1).

Portanto, para estabelecer o nível dos esquemas imagéticos, consultam-se Croft e Cruse (2004), Johnson (1987) e Lakoff e Turner (1989), sendo os dois últimos as bases dos primeiros. Esses autores sumarizam pesquisas da psicolinguística, da neurociência e da LC e, portanto, disponibilizam materiais teóricos e empíricos necessários para construir os esquemas imagéticos partes das conceptualizações de “política” apresentadas como resultados desta pesquisa.

Quadro 2 – Inventário de “esquemas imagéticos” desenhados com Johnson (1987) e Lakoff e Turner (1989)

<i>SPACE</i>	UP-DOWN, FRONT-BACK, <i>LEFT-RIGHT</i> , NEAR-FAR, CENTER-PERIPHERY, CONTACT PATH
SCALE CONTAINER	CONTAINMENT, IN-OUT, SURFACE, FULL-EMPTY, <i>CONTENT</i>
FORCE	BALANCE, COUNTERFORCE, COMPULSION, RESTRAINT, ENABLEMENT, BLOCKAGE, DIVERSION, ATTRACTION
<i>UNITY/MULTIPLICITY</i>	MERGING, COLLECTION, SPLITTING, ITERATION, PART-WHOLE, MASS-COUNT, LINK
<i>IDENTITY</i> <i>EXISTENCE</i>	MATCHING, SUPERIMPOSITION REMOVAL, BOUNDED SPACE, CYCLE, OBJECT, PROCESS

Fonte: Croft e Cruse (2004, p. 45).

A observação de domínios e *frames* se dá pelas abordagens intuitiva e lexical. A abordagem intuitiva foi utilizada nos primeiros estudos de LC, a exemplo do seminal “Metáforas da Vida Cotidiana” (Lakoff, Johnson, 2002 [1980]). Nesta pesquisa, como indicado por Kövecses (2020), alia-se a abordagem intuitiva, baseada no senso comum do pesquisador como conceptualizador aleatório, à abordagem lexical, que se vale de dicionários. Utilizam-se, aqui, os dicionários *online* Houaiss⁵ e Aulete⁶ no verbete “política” e outros verbetes ativados pela construção da estrutura multinível.

Já que esses dicionários apresentam definições muito resumidas de um termo fecundo como política e por esta pesquisa tratar de uma conceptualizadora política profissional, opta-se, aqui, por se apoiar também no “Dicionário de Política” (Bobbio, 1998). Portanto, nos níveis de domínios e *frames*, empreende-se uma abordagem léxico-especializada.

A captação e descrição das conceptualizações de “política” na fala de Marina Silva, uma agente política experiente, só foram possíveis ao se recorrer a um dicionário especializado. Esse, organizado por Bobbio *et al.* (1998), tem o verbete “política” escrito pelo próprio Norberto Bobbio, referência em Ciência Política contemporânea.

Já o nível dos espaços mentais pode requerer técnicas e operações de análise do discurso, modelagem computacional, linguística de *corpus*, psicolinguística e neurociência.

⁵Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php//. Acesso em 11 jun. 2025.

⁶Disponível em: <https://www.aulete.com.br/politica>. Acesso em 11 jun. 2025.

Nesta pesquisa, faz-se um movimento metodológico de analisar o nível discursivo das conceptualizações metafóricas de “política” a partir da leitura rizomática do registro audiovisual da entrevista do Roda Viva com Marina Silva (10/03/2025).

Entende-se que, apesar de Deleuze e Guattari (2011) não serem exatamente analistas do discurso e serem contrários a estruturas hierarquizantes, as indicações desses autores em “Mil Platôs - Volume 1” oferecem uma abordagem e ferramentas para desvelar textos de qualquer natureza. A leitura rizomática, aqui, enfatiza a característica porosa e dinâmica da hierarquia de esquematicidade/especificidade. Ao defender uma atitude cartográfica aberta e atenta, Deleuze e Guattari (2011) sublinham a natureza emaranhada em bulbos, agenciamentos, máquinas e desterritorializações, dos textos e do pensamento.

Cabe destacar que a linhagem de Deleuze e Guattari (2011) é foucaultiana – Deleuze chegou a escrever um livro intitulado “Foucault” e faz menções ao discurso em “Mil Platôs - Vol. 1” – o que insere o discurso na filosofia de Deleuze e Guattari (2011). Portanto, formando bulbos de leitura rizomática, observando agenciamentos entre as máquinas de produção de sentido e experiência social (máquina política, econômica, moral, epistêmica etc.), captam-se desterritorializações e linhas de fuga, nas trajetórias de conceptualizações em relação.

E, dessa forma, extraem-se as metáforas conceptuais no nível dos espaços mentais da entrevista. Para se ter uma ideia do nível de entrelaçamento das máquinas em um enunciado, vale ler os próprios Deleuze e Guattari (2011):

Não existe enunciado individual, mas agenciamentos maquínicos produtores de enunciados. Dizemos que o agenciamento é fundamentalmente libidinal e inconsciente. É ele, o inconsciente em pessoa. Por enquanto vemos aí elementos (ou multiplicidades) de vários tipos: máquinas humanas, sociais e técnicas, molares organizadas; máquinas moleculares, com suas partículas de devir-inumano; aparelhos edipianos (pois sim, claro, existem enunciados edipianos, e muitos); aparelhos contra-edipianos, de marcha e funcionamento variáveis. Veremos mais tarde. **Não podemos nem mesmo mais falar de máquinas distintas, mas somente de tipos, de multiplicidades que se penetram e formam em dado momento um único e mesmo agenciamento maquínico, figura sem rosto da libido.** Cada um de nós é envolvido num tal agenciamento, reproduz o enunciado quando acredita falar em seu nome, ou antes fala em seu nome quando produz o enunciado. Como estes enunciados são estranhos, verdadeiros discursos de loucos. Dizíamos Kafka, poderíamos dizer da mesma forma o Homem dos lobos: uma máquina religiosa militar que Freud assimila à neurose obsessiva – uma máquina anal de matilha ou de devir-lobo, e também vespa ou borboleta que Freud assimila ao caráter histórico – um aparelho edipiano do qual Freud faz o único motor, o motor imóvel a ser encontrado em todo lugar – um aparelho contra-edipiano (o incesto com a irmã, incesto-esquizo, ou bem o encontro amoroso com as “pessoas de condição inferior”, ou bem a analidade, a homossexualidade?), todas estas coisas nas quais Freud vê só substitutos, regressões e derivados de Édipo. **Na verdade, Freud nada vê e nada compreende. Ele não tem qualquer ideia do que seja um agenciamento libidinal**

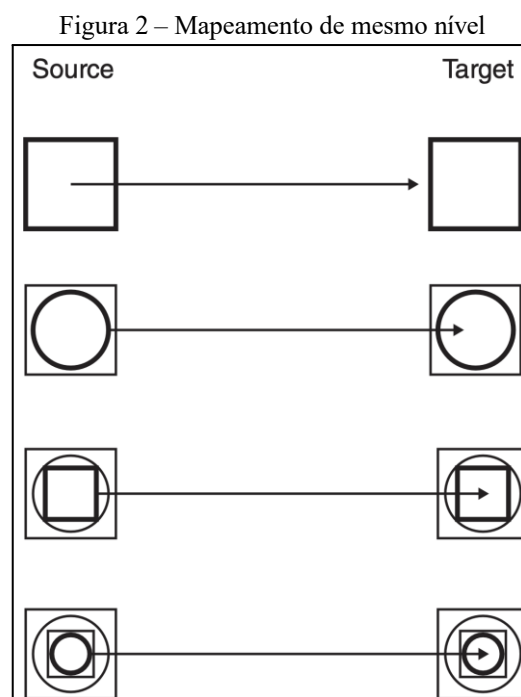
com todas as maquinarias postas em jogo, todos os amores múltiplos (Deleuze, Guattari, 2011, p. 64-65. Grifos nossos).

A partir desse trecho, entende-se do que se trata a análise de enunciados a partir de uma perspectiva rizomática. Ao privilegiar ativações também do inconsciente, lançando essa dimensão a um novo patamar analítico, libidinal e pós-freudiano, na esfera do prazer e das emoções, a leitura/escrita rizomática parece empreender ambições similares à LC.

Notadamente Lakoff e Johnson (2002[1980]) e Lakoff (2006, 2009) defendem uma abordagem científica que leve em conta o inconsciente. A perspectiva se posiciona para além de Freud, de forma corporificada e experiencial, fenomenológica e vitalista.

Em suma, foram apresentadas as abordagens e os procedimentos mobilizados para construir as estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”, ativadas pela entrevista de Marina Silva ao Roda Viva (10/03/2025). Esses procedimentos derivam das indicações de Kövecses (2020), dentro da TMC Estendida.

Cabe ainda explicar o segundo esquema de Kövecses (2020) aplicado aqui. Ele demonstra que os níveis de esquematicidade/especificidade são construídos em forma de metáforas conceituais. O primeiro motivo é demonstrado em termos teóricos básicos: as conceptualizações são metafóricas para a TMC Estendida, assim como para a TMC Clássica. O segundo motivo é metodológico, na dimensão da forma, e é representado pela Figura 2, também do capítulo 4 de “*Extended Conceptual Metaphor Theory*”.



Fonte: Kövecses (2020, p. 58).

Na Figura 2, vê-se que os mapeamentos conceptuais de mesmo nível são feitos nos termos da fórmula da TMC Clássica [DOMÍNIO CONCEPTUAL A É DOMÍNIO CONCEPTUAL B]. Portanto, formam-se assim conceitos abstratos (alvo, domínio conceptual A) em termos de conceitos concretos (fonte, domínio conceptual B). Cada nível, seja supraindividual como domínios e *frames* ou individual como espaços mentais, deriva das metáforas conceptuais ativadas pelo/s nível/is anterior/es, como se viu na Figura 1 (p. 21).

Em suma, as conceptualizações metafóricas de “política” observadas nesta pesquisa aparecem como estruturas multiníveis, com quatro níveis em hierarquia de esquematicidade/especificidade. Os esquemas imagéticos, domínios, *frames* e espaços mentais dão conta de decompor camadas das conceptualizações que antes eram amontoadas nas metáforas apenas em termos de domínios.

Acredita-se, assim, tornar os resultados mais profundos e organizados. E, para tanto, Kövecses (2020) agrega noções caras ao desenvolvimento da LC, mesmo antes de 1980, como os esquemas imagéticos (Croft, Cruse, 2004), os domínios (Lakoff, Johnson, 2002), os *frames* (Fillmore, 1982) e os espaços mentais (Fauconnier, 2013).

Esta pesquisa se inscreve na TMC Estendida de Kövecses (2020) e apresenta, portanto, as conceptualizações de “política” em forma de estruturas multiníveis. Tais estruturas são organizadas por essas noções teórico-metodológicas (esquemas imagéticos, domínios, *frames* e espaços mentais).

4.2 A ENTREVISTA DE MARINA SILVA AO RODA VIVA: DADOS LINGUÍSTICOS

A fonte de dados de uso linguístico, nesta pesquisa, é a entrevista do Roda Viva com Marina Silva, realizada e transmitida ao vivo pela TV Cultura/TV Brasil e pelo canal oficial do programa no YouTube, em 10/03/2025. O registro audiovisual da entrevista está disponível nesse canal.

Ademais, o projeto da pesquisa apresentada aqui foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Nessa avaliação, foi atestada a ausência de riscos na realização da investigação (Parecer n. 7.109.592 de 29 de setembro de 2024).

No parecer, apresentado nos Anexos, o CEP-UEFS sugeriu que se pedisse autorização ao Roda Viva para uso da entrevista como fonte de dados. Por e-mail, o programa foi contatado e foi solicitado ao setor de Acervo da TV Cultura a autorização para uso científico do registro audiovisual da entrevista, disponível no canal do YouTube do Roda Viva. A

autorização foi concedida, dois meses depois, gerando um documento jurídico cujo ofício também está disposto nos Anexos.

A entrevista tem uma hora, trinta e sete minutos e trinta e oito segundos (1:37:38). E conta com uma bancada de entrevistadores, além da apresentadora Vera Magalhães e do cartunista Luciano Veronezi.

A bancada é composta por Adele Santelli (apresentadora do RepórterEco/TV Cultura); Basília Rodrigues (analista de Política e apresentadora da CNN Brasil); Bernardo Mello Franco (colunista do Jornal O Globo e da Rádio CBN); Giuliana de Toledo (editora de Ambiente na Folha de São Paulo); e João Fellet (repórter da BBC News Brasil).

A escolha do programa de entrevistas Roda Viva segue o critério da qualidade reconhecida pela crítica especializada. O Roda Viva é um programa que existe desde 1986 e é componente da TV Cultura, uma rede pública de televisão, com sede em São Paulo, pertencente ao Governo do Estado de São Paulo, via Fundação Padre Anchieta.

Parte da programação da TV Cultura é transmitida para todo o Brasil através da TV Brasil, a TV pública brasileira vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), uma empresa pública federal. A TV Cultura também é transmitida para o mundo todo, *online*⁷.

O Roda Viva se consolidou como programa de entrevistas que convida personalidades notórias em diversos campos da vida social brasileira e internacional. Além disso, é o mais longo programa do gênero ainda no ar.

Ganhou três Troféus Imprensa como Melhor Programa de Entrevista (1988, 2001 e 2007) e um Troféu da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), em 2019, como Melhor Programa Jornalístico. É organizado em roda, com cerca de cinco entrevistadores/as, além do/a apresentador/a e do/a cartunista, que faz desenhos em tempo real. Há tradução em LIBRAS, no canto inferior direito da tela.

Com exceção do/a tradutor/a de LIBRAS, eles se posicionam ao redor e acima da entrevistada, que fica em uma cadeira giratória, no centro do debate (Figura 3). Cada bloco do programa tenta dar conta de uma rodada de perguntas, feitas pelos cinco entrevistadores, um de cada vez, mediados pelo/a apresentador/a.

Figura 3 – Captura de tela da entrevista observada nesta pesquisa

⁷Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/aovivo/>. Acesso em 11 jun. 2025.



Fonte: Capturada pelo próprio autor.

Depois de ter observado o registro da entrevista na íntegra, disponível no canal oficial do YouTube do Roda Viva, esse vídeo de uma hora, trinta e sete minutos e trinta e oito segundos (1:37:38) foi segmentado em vinte e um temas. Cada bloco temático não coincide com os blocos do programa, mas se sobrepõe quase perfeitamente às perguntas dos jornalistas, sendo algumas delas partes de um mesmo bloco temático.

As perguntas formuladas pelos/as jornalistas, em seus aspectos linguísticos e conceituais, não foram consideradas para fins de construção das estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”. Isso porque, aqui, o foco é a conceptualizadora Marina Silva.

Os blocos temáticos são apresentados no Quadro 3 (disposto na seção 5), com tópicos relevantes ou expressões salientes referentes a conceptualizações de “política”. E alguns deles serão destrinchados e exemplificados com trechos da fala da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, também na seção de resultados.

4.3 MARINA SILVA: TRAJETÓRIA POLÍTICA DA CONCEPTUALIZADORA

Explicado o motivo da escolha do Roda Viva, apresenta-se a trajetória acadêmico-profissional de Marina Silva como justificativa para observá-la. Além de essa agente política ser reconhecida nacional e internacionalmente, ela foi a pessoa mais vezes convidada, e entrevistada, pelo programa Roda Viva em 39 anos de história na TV.

Maria Osmarina da Silva Vaz de Lima nasceu em 08/02/1958, no Breu Velho, do Seringal Bagaço, parte da zona rural de Rio Branco, capital do Acre. É filha de um seringueiro e uma dona de casa e viveu em condições precárias, como acontece com a maioria das famílias que moram às margens da BR-317 naquela região. Seu pai, um dos seringueiros explorados pelos patrões, ensinou a filha e os colegas seringueiros a calcular a fim de prevenir mais expropriações.

Aos 15 anos, Marina Silva perdeu a mãe e, já nessa época, junto com o pai, as irmãs e o irmão, vivia do manejo sustentável da floresta, especificamente da retirada artesanal do látex nas trilhas seringueiras (Estradas da Seringa). Em busca de tratamento para uma hepatite, na adolescência, ela foi acolhida em Rio Branco na casa das Irmãs Servas de Maria Reparadora, onde se engajou no sonho de ser freira. Para tanto, cumpriu os estudos religiosos e escolares enquanto se sustentava como empregada doméstica.

Nesse meio tempo, entre a alfabetização no Mobral e a graduação de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC), passaram-se dez anos, e Marina Silva decidiu seguir carreira política, não religiosa. Tinha conhecido e trabalhado com o então líder seringueiro Chico Mendes, referência na luta pela proteção da Amazônia, e acompanhava de perto sua trajetória.

Chico Mendes levou a jovem política para os empates, ações de seringueiros contra o desmatamento. Além da graduação, Marina Silva estudou duas especializações: em Teoria Psicanalítica (Universidade de Brasília) e em Psicopedagogia (Universidade Católica de Brasília). Junto com Chico Mendes, ajudou a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Acre.

Marina Silva começou sua carreira política nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1986, quando tinha 28 anos. Apesar de ter sido um fenômeno nas urnas, um dos cinco candidatos mais votados do país, seu partido não alcançou o quociente eleitoral mínimo exigido. Em 1988, elegeu-se vereadora de Rio Branco, com votação significativa. Em 1990, foi eleita deputada estadual; em 1994, senadora mais jovem da história da República, com 35 anos. Como bem pontua o site oficial de Marina Silva, na seção “Trajetória de sucesso”:

Foi reeleita em 2002, com votação quase três vezes superior à anterior, e em 2003 nomeada ministra do Meio Ambiente, cargo que ocupou com excelência até 2008, quando retornou ao senado para terminar de cumprir o mandato.

Candidata à Presidência da República em 2010, obteve 19,6 milhões de votos, cerca de 20% dos votos válidos, e terminou o pleito na terceira posição. Em 2014, depois da trágica morte do ex-governador Eduardo Campos, assumiu a frente da chapa em que era vice-presidente e novamente finalizou a votação em terceiro lugar, desta vez com 22 milhões de votos. Em 2018, pela Rede Sustentabilidade, concorreu pela terceira vez à Presidência da República.

A expressão global e a representatividade de Marina Silva podem ser medidas pela lista de prêmios que conquistou. Em 1996, recebeu o prêmio Goldman, considerado o Nobel do Meio Ambiente. Em 2007, o jornal britânico The Guardian incluiu a então ministra entre as 50 pessoas que podem ajudar a salvar o planeta. No mesmo ano, conquistou o Champions of the Earth, o principal prêmio da ONU na área ambiental e, em 2008, recebeu das mãos do príncipe Philip da Inglaterra, no palácio de Saint James, em Londres, a medalha Duque de Edimburgo, em reconhecimento à sua trajetória e luta em defesa da Amazônia brasileira – a honraria mais importante concedida pela rede WWF (World Wide Fund for Nature). (Trajetória de sucesso < Marina Silva. Disponível em: <https://marinasilva.org.br/trajetoria-de-sucesso/>. Acesso em 1 jul. 2025).

Além disso, ela é doutora honoris causa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pela Academia Chinesa de Silvicultura e recebeu, em março/2025, o Prêmio de Liderança em Desenvolvimento Sustentável, na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, em Nova Délhi. Dessa forma, Marina Silva reúne credenciais não só sociais, étnico-raciais, de gênero e geográficas, por ser de origem pobre, negra, mulher e do Norte brasileiro, mas sobretudo políticas e profissionais.

Portanto, é uma conceptualizadora acertada para oferecer conceptualizações de “política” ricas, tanto experienciais quanto de princípios e valores. Coincidentemente, ou não, ela foi a pessoa mais entrevistada (12 vezes) pelo programa Roda Viva, em seus 39 anos de TV. Em 2025, ano de publicação desta pesquisa, Marina Silva (Figura 5) é ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Governo Lula 3, tendo sido eleita deputada federal em 2022 por São Paulo.

Figura 4 – Captura de tela da entrevista observada nesta pesquisa



Fonte: Capturado pelo próprio autor.

Em matéria de 05/01/2023, da seção Análise, no *site* da revista piauí, intitulada “Marina e a realpolitik ambiental”, a jornalista Cristina Amorim marca Marina Silva com o conceito da “transversalidade”. Esse mesmo conceito prático tentou ser emplacado por Marina Silva quinze anos atrás, quando foi ministra do Meio Ambiente pela primeira vez. A ministra defendia a necessidade de se pensar os impactos e oportunidades socioambientais em todos os setores de políticas públicas.

Naquela época, o Brasil não precisava recuperar a confiança das parcerias verdes globais tanto quanto agora, depois dos recordes de desmatamento do Governo Bolsonaro. Portanto, os agentes políticos, sobretudo os do Executivo, parecem mais preocupados em incluir a dimensão socioambiental nos projetos, como se vê na matéria da piauí, a despeito de um Congresso atrasado e das distâncias entre discurso pró-ambiental e prática institucional ambientalmente responsável.

É nessa trajetória, estrutura e conjuntura democráticas que se inserem os dados linguísticos da pesquisa. E as estruturas multiníveis de conceptualizações de “política” apresentadas como resultados refletem tanto a conceptualizadora – sua perspectivação conceptual (Almeida, 2023) de “política” – quanto a natureza de seu trabalho nos arranjos institucionais da política brasileira.

5 ESTRUTURAS MULTINÍVEIS DE CONCEPTUALIZAÇÕES DE “POLÍTICA” EM ENTREVISTA DE MARINA SILVA AO RODA VIVA

Esta seção visa apresentar os resultados da aplicação dos procedimentos metodológicos à entrevista analisada, descritos na seção 4. Como já se apresentou, as abordagens acionadas, conforme Kövecses (2020), são o levantamento bibliográfico, as abordagens intuitiva, lexical (aqui adaptada para léxico-especializada) e rizomática.

A primeira, a abordagem intuitiva, é referente ao nível mais esquemático, dos esquemas imagéticos, que requer pesquisas psicolinguísticas ou acesso secundário a dados dessas pesquisas – a segunda opção é a utilizada nesta pesquisa. Croft e Cruse (2004), Kövecses (2002) e Lakoff e Johnson (2002) foram os autores consultados (Quadro 2 – p. 35).

Esse levantamento também fundamentou e enriqueceu os níveis dos domínios e dos *frames*, junto às abordagens intuitiva e léxico-especializada. Isso porque a intuição funciona como externalidade do levantamento bibliográfico e da consulta a dicionários comuns e especializados, que afina a percepção do pesquisador e potencializa seu caráter de falante/conceptualizador comum.

A segunda abordagem, a lexical, baseia-se na consulta a dois dicionários *online* básicos, mas reconhecidos pelos pares: Houaiss e Aulete. Nesta pesquisa, opta-se por mesclar a consulta a esses dicionários comuns, gratuitos e *online*, com a consulta ao dicionário especializado intitulado “Dicionário de Política”, organizado por Bobbio *et al.* (1998).

Dessa forma, conseguimos extrair, como se vê abaixo, conceptualizações de “política” de base comum e difundida entre a maioria da população brasileira, mas também profissional e especializada. Especificamente, trata-se de conceptualizações de Marina Silva e grupos a que ela pertence (Partido Rede Sustentabilidade, Governo Lula 3 e ambientalistas, por exemplo).

Por fim, a abordagem rizomática destaca, no trato com os dados linguísticos, a dimensão entrelaçada das instâncias discursivas (política, econômica, moral, epistêmica etc.), que forma bulbos despontando em meio ao prazer/pulsões do texto, nesse caso, da entrevista. A leitura rizomática apoia a construção do nível dos espaços mentais das conceptualizações de “política” na entrevista de Marina Silva ao Roda Viva de 10/03/2025.

Para tanto, apresentam-se, a seguir, os resultados da aplicação desses procedimentos, antecedidos de segmentação dos dados linguísticos, disposta no Quadro 3. Com essa organização dos tópicos tratados na entrevista, parte-se para a construção das conceptualizações de “política”.

O Quadro 3 segue, de cima para baixo, a ordem linear do tempo de entrevista – acima o começo, abaixo o fim. A partir do Quadro 3 e da apresentação de trechos da fala de Marina Silva, trabalhados por instrumentos e abordagens metodológicas descritas anteriormente, formam-se os resultados desta pesquisa.

Eles são as estruturas multiníveis, informadas e condicionadas pelas abordagens de levantamento bibliográfico, intuitiva, lexical (aqui, léxico-especializada) e rizomática (análise discursiva), conforme a TMC Estendida. No Quadro 3, os “Tópicos relevantes e expressões salientes referentes às conceptualizações de ‘política’” foram extraídos e resumidos da fala da ministra.

As expressões entre aspas representam formas de falar próprias de Marina Silva, marcações de conceitos importantes, ou metáforas deliberadas, acionadas ao mesmo tempo em que a conceptualizadora avisa que vai “fazer uma metáfora”, por exemplo. As vezes em que a conceptualizadora enfatizou o uso da primeira pessoa, seja como “eu”, seja como “a gente”, também foram marcadas com aspas, por usarem o dêitico para posicionar Marina no contexto linguístico-discursivo.

Quadro 3 – Segmentação dos dados linguísticos em blocos temáticos

Blocos temáticos	Tópicos relevantes e expressões salientes referentes às conceptualizações de “política”
1 Prospecção de petróleo na margem equatorial	Trocar “embate” por “debate”. Dialogar. Avaliar viabilidade. Ajustes. Superar dificuldades (processo de licenciamento). Decisão técnica ↔ governo republicano (processo de licenciamento). Sala de situação na Casa Civil. Conversa. Instituições ↔ sustentação.
2 Plano Amazônia Sustentável e saída do Governo Lula 2	Esforço e trabalho. Envolvimento. Pressão. Tomar uma decisão. Criar um fato político. Sustentabilidade política. Avaliação do contexto. Manter o plano. Manifestação da sociedade brasileira. Defender com unhas e dentes o desmatamento zero. Assumir uma agenda. Frente ampla.
3 Liderança da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do Conselho Nacional para Política Energética (CNPE) na decisão estratégica sobre a	Tomar decisões estratégicas é diferente de orientar decisões. Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE)

prospecção na Amazônia	<p>→ tomar decisões. Empresa de Pesquisa Energética (EPE) → orientar decisões. Não é o Conselho que faz o licenciamento, é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), uma autarquia autônoma. O IBAMA não é contra o desenvolvimento. Arranjo de instituições.</p>
4 Falas de Lula sobre Marina Silva no caso da prospecção na Amazônia	<p>Fazer as coisas da forma correta – o que todo mundo quer (a sociedade também). O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) não toma essa decisão sobre a prospecção na Amazônia, quem toma é o CNPE. Mapa do caminho ↔ como fazer. Desafio. Todos “nós” estamos nessa corrida do desenvolvimento com preservação ambiental.</p>
5 Sobre a autoridade climática	<p>Contribuir – contribuições dos planos e políticas públicas. Um governo de frente ampla – na eleição e para governar. Os temas estão em disputa não só na sociedade, mas dentro do próprio governo. Compreender a importância uns dos outros, mesmo na divergência. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) ↔ exemplo de transversalidade. Hoje as políticas ambientais têm ganhado transversalidade (com Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Ministério da Indústria e Comércio). O presidente Lula liderando sempre. Isso é o contrário do isolamento (falando do MMA). Sobre a autoridade climática (operador da política de enfrentamento à emergência climática) → Marcar conceitos, estruturas e processos; criar governança; envolver vários ministérios; criar marco legal; criar um Conselho Nacional de Segurança Climática, um comitê técnico-científico para dar suporte às políticas e, em seguida, o operador; o <i>locus</i> vai ser decidido por Lula. Lula ↔ liderar e arbitrar as decisões.</p>
6 Empreendimentos da Petrobras e transformação em uma empresa de geração de energia	<p>Movimento. Busca. Transição. Visão estratégica. Oportunidade e conveniência. Ter assento e voz dentro de espaços. Decidir o que é melhor para o destino das áreas/setores no país. Discussão (debate). Dar continuidade aos esforços.</p>
7 COP 30	<p>Fazer mapas para caminhos. Espaço. Continuidade da agenda de adaptação e mitigação.</p>

	<p>Tem que ser uma COP sóbria, não promocional, mas referencial.</p> <p>Como é que “nós” vamos caminhar para alinhar? Como é que “nós” vamos fazer? Como “a gente” vai? Compromisso assumido.</p> <p>Debater, criar caderno de regras, processos e estruturas. Propor. Concordar.</p> <p>Proteção.</p>
8 Avanço da direita na Amazônia e no Acre em particular	<p>Divisão.</p> <p>Agenda.</p> <p>Gerar força e sustentação.</p> <p>A política é um processo dinâmico; está em movimento.</p> <p>Circunstâncias.</p> <p>Ter uma causa.</p>
9 O agro brasileiro	<p>O agro tem nuances.</p> <p>Existem pessoas do agro de compromisso com a sustentabilidade.</p> <p>Inserir-se (o agro brasileiro) em mercados.</p> <p>Compromisso irrefutável do presidente Lula (a sustentabilidade socioambiental).</p> <p>Dialogar em benefício dos “nossos” interesses econômicos, sociais e ambientais.</p>
10 Crescimento da degradação ambiental	<p>Perder ou manter <i>status</i> de áreas.</p> <p>Ajustar e tomar medidas necessárias.</p> <p>Basear-se em dados científicos.</p> <p>Proibir o fogo.</p> <p>Formar pactos para fazer frente a – resolver – problemas socioambientais.</p> <p>Mobilizar recursos.</p>
11 Dificuldade das pessoas que viviam/vivem do extrativismo	<p>Importância das reservas extrativistas para prevenir os colapsos hídricos.</p> <p>Democracia/política ↔ alternância de poder (infelizmente e felizmente).</p> <p>Continuidade e descontinuidade das políticas.</p> <p>Bolsa Verde e outras políticas de apoio, assistência técnica e mobilização de recursos.</p> <p>Fortalecer comunidades e aumentar a qualidade de vida.</p> <p>Processos de desintrusão nas reservas ambientais.</p>
12 Risco de retrocesso com a eleição de Trump nos Estados Unidos	<p>Saída dos EUA do Acordo de Paris.</p> <p>Força “gravitacional” para desestimular os investimentos climáticos.</p> <p>Discursos, compromissos e alianças. Cooperação.</p> <p>Fazer prevalecer o multilateralismo.</p> <p>Alinhamento de ações.</p> <p>Contribuir para conseguir o mapa do caminho.</p> <p>Liderar pelo exemplo.</p> <p>Fundo Floresta Tropical para Sempre; Ecoinvest; Fundo Clima; Fundo Amazônia ← mobilização de recursos. Estimular investidores.</p> <p>Criar constrangimento ético (sociedades civis dos países ricos pressionando seus governos).</p>

13 Ansiedade climática	<p>A ciência está nos ajudando a responder questões de políticas ambientais e saúde.</p> <p>Todo mundo tem que fazer o dever de casa. Metas, dependendo dos meios tecnológicos e de questões externas.</p> <p>Esforço enorme de diplomacia climática.</p> <p>Alinhamento.</p>
14 Poluição dos oceanos, das zonas costeiras e poluição plástica	<p>A agenda multilateral precisa de acordos vinculantes, que obriguem os países a cumprir as metas.</p> <p>“Nós” (o MMA) estamos fazendo, junto com o Ministério da Defesa e a comunidade científica, o Planejamento Espacial Marinho do Brasil.</p> <p>Ampliar as áreas de preservação marinha.</p> <p>Agenda estratégica.</p> <p>Responsabilizar indústria de produção de plástico.</p>
15 Futuro do Ambientalismo	<p>Momento distópico de guerras bélicas, tarifárias, de abandono do que a ciência orienta.</p> <p>Qual é a utopia sustentabilista? Não é só um modo de fazer, é uma maneira de ser, uma visão de mundo e um ideal de vida.</p> <p>Como fazer/ser para não se sentir limitado por um mundo finito? Trocar o ideal do ter pelo ideal do ser.</p> <p>Ideal do ter (limitado) → ideal do ser (ilimitado).</p> <p>Não vai ser uma utopia homogênea: eliminação das desigualdades em um extremo; no outro, ratificação das lógicas de mercado.</p> <p>Não existe lugar para o negacionismo ambiental na sociedade contemporânea.</p>
16 Impopularidade do presidente Lula	<p>Pesquisas eleitorais ajudam a fazer correções de rota.</p> <p>Não há a alegada falta de rumo do Governo Lula 3 → redução drástica da pobreza e do desmatamento e recuperação da política econômica.</p> <p>Fazer com que a economia continue andando.</p> <p>As políticas estão sendo recuperadas.</p> <p>Um lugar de esperança.</p> <p>Distância entre dados e percepção, entre o que acontece e o que é percebido.</p> <p>Como comunicar as muitas coisas que a gente tá fazendo?</p> <p>Prestar atenção no que acontece em cada um de nós ↔ tendência atual ao encurtamento da espera por resultados.</p> <p>As pessoas não querem mais fazer política por gratidão e isso é um ganho civilizatório, o PT e próprio presidente Lula ensinaram isso para a população. As pessoas querem a política do vínculo (acordos vinculantes).</p> <p>Não precisa ganhar eleições por maioria avassaladora; o trabalho é para que “a gente” (a frente democrática/progressista) tenha pelo menos o coeficiente civilizatório, mesmo que não sejam eleitos/as os/as candidatos/as desse grupo.</p>
17 Evangélicos e o presidente Lula	<p>Os evangélicos são uma comunidade complexa.</p> <p>Tratá-los como cidadãos e sujeitos políticos.</p> <p>Evitar qualquer tipo de instrumentalização da fé das</p>

	<p>peessoas.</p> <p>Aproximação no espaço da cidadania política, social e do respeito à expressão religiosa dos evangélicos.</p> <p>Colocar-se no lugar do outro para que o outro possa se colocar no meu lugar. Alteridade.</p>
18 Retrocessos em relação aos direitos das mulheres	<p>O caso da ministra Nísia Trindade.</p> <p>Reconstrução de políticas devastadas.</p> <p>A ministra Nísia Trindade, como mulher e pesquisadora, deu uma grande contribuição.</p> <p>Tentativa de desqualificar as mulheres em seu trabalho e competência.</p> <p>Lutas e avanços na igualdade salarial.</p> <p>Um esforço muito grande de aprendizagem de como a liderança feminina deve ser exercitada (não tem que seguir o padrão ou vestir camisa de força masculina).</p> <p>É demandado um esforço constante para que “a gente” (mulheres) seja respeitada.</p> <p>Feminicídios e mulheres assassinadas em vida (moralmente, psicologicamente, socialmente etc.).</p> <p>Não ser “símbolo” para combater o discurso “Você é muito boa como símbolo, mas não é uma boa gestora”.</p>
19 Como a ministra é vista pela população brasileira	<p>Problema de ser reduzida a estereótipos e reducionismos e esquecer o leque de contribuições políticas.</p> <p>Os fios que tecem nossas vidas. Multiplicidade do sujeito político feminino.</p>
20 Degradação da Amazônia: BR-319	<p>Complexidade altíssima, no coração da Amazônia.</p> <p>Aumento de 119% do desmatamento só com o anúncio da intenção de obras da BR-319.</p> <p>É preciso todo o cuidado que “vimos” tomando com esses grandes empreendimentos.</p> <p>Ferrogrão, BR-319, margem equatorial e Angra 3 ← todos para estudo, determinado pelo presidente Lula e pelo ministro da Casa Civil Rui Costa.</p> <p>Presença do Estado ← cuidado em como fazer.</p> <p>Esforço de governança de toda aquela área de abrangência (BR-319). Ver todo o impacto na área de abrangência.</p> <p>Se a estrada for feita, que não tenha esse caráter de exploração ao longo da área, que é de floresta.</p> <p>Pelo debate que vem sendo feito com o ministro Renan Filho (Transportes) e o ministro Rui Costa (Casa Civil), seria uma estrada de cunho social e não para fazer pressão nessa área de floresta.</p>
21 Existência ou não de planos para concorrer novamente à presidência da República	<p>A política é um processo dinâmico.</p> <p>Quer continuar ajudando como parte da frente ampla de preservação da democracia.</p> <p>A frente entendida como além dos partidos políticos e das lideranças políticas, mas como a parte do empresariado que defende democracia, das mulheres, dos jovens, dos LGBTQIA+, das pessoas que creem, que não creem, daqueles que são formadores de opinião e que não querem ver nosso país em clima de ditadura e silenciamento da sociedade civil frente ao</p>

	<p>poder público. Tem um esforço que precisa ser feito que é ampliar e consolidar a democracia. Projeto de desenvolvimento que combata desigualdades, proteja o meio ambiente, aposte em um novo ciclo de prosperidade e busque aprofundar espaços para que novas lideranças possam surgir. “Manter a prole viva – prole metaforicamente como democracia; a democracia como ser. Como ela fica viva? Se para ela ficar viva, eu [Marina Silva] precisar me ausentar da cena política, eu me ausento, se eu precisar entrar na cena para ela [a democracia] ficar viva, eu entro – como o presidente Lula voltou à cena política, depois de tudo que ele passou” (01:33:34-01:34:20 – resumido).</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, o Quadro 3 é montado a partir de anotações ao longo da observação do registro da entrevista de Marina Silva ao Roda Viva (10/03/2025). A segmentação dos dados empreendida por esse quadro é fundamental para organizar os contextos linguístico-discursivos de cada expressão metafórica e a condensação das expressões em metáforas conceptuais.

Portanto, os tópicos relevantes e as expressões salientes se imantam por similaridade. E, no confronto com as abordagens bibliográfica, intuitiva e lexical (léxico-especializada), oferecem resultados em forma de estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”.

As estruturas multiníveis são feitas nível a nível, do mais esquemático ao mais específico, e cada nível interfere no próximo, para cima e para baixo. Os métodos e níveis acabam por se entrelaçar, atestando a compatibilidade entre o sistema de racionalidade do rizoma e a estrutura hierarquizada (mas porosa) da TMC Estendida.

A hierarquia (de esquematicidade/especificidade), aqui, é uma simplificação e uma organização didática. É um quadro analítico de processos multidimensionais e concomitantes, enquanto se produz sentido na mente humana com a linguagem – como indica Kövecses (2020).

Em tempo, cabe destacar que, para interpretar as estruturas multiníveis resultados desta pesquisa, o trabalho de análise recorre a discussões caras ao campo da Ciência Política e, mais especificamente, da Administração Pública. Exemplos dessas discussões são as referentes a democracia representativa, instituições participativas (IPs), *accountability*/responsividade/representatividade, governança e as três dimensões de política (*polity*, *politics* e *policies*).

O aporte analítico dessa área ratifica o caráter interdisciplinar desta dissertação, que vincula TMC Estendida, da Linguística Cognitiva (LC), a teorias contemporâneas da

democracia e a princípios ou práticas do sistema político brasileiro. Portanto, o empreendimento se dá no diálogo teórico e analítico entre LC e Ciência Política, através das abordagens e ferramentas metodológicas da TMC Estendida, de Kövecses (2020).

Com isso em mente, parte-se para a apresentação das três estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”, cristalizadas a partir do trabalho de abordagens múltiplas da TMC Estendida frente aos dados linguísticos da entrevista de Marina Silva ao Roda Viva de 10/03/2025.

Importa, no momento de mostrar as estruturas resultados desta pesquisa, explicar a produção de cada nível, ancorada nos princípios e procedimentos teórico-metodológicos utilizados. A seção 5 ora apresentada faz isso sobretudo, e mais didaticamente, na Estrutura multinível 1 – de *frame* POLÍTICA É PROTEÇÃO (subseção 5.1).

As Estruturas Multiníveis 2 e 3, apresentadas juntas na subseção 5.2, enfatizam a interpenetração ou o entrelaçamento rizomático das três estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”. O setor 5.2, apesar de acionar também a Estrutura multinível 1, foca nas duas últimas – de metáforas no nível dos *frames* POLÍTICA É JOGO e POLÍTICA É LUTA/GUERRA.

Para descrever e interpretar os níveis, apresentam-se contextos exemplares (trechos) dos processos linguísticos, cognitivos, políticos e sociais referidos na entrevista. A fala de Marina Silva durante a conversa no Roda Viva de 10/03/2025, que é a base de dados aqui, foi resumida no Quadro 3 (p. 46) e será exemplificada por trechos transcritos.

5.1 ESTRUTURA MULTINÍVEL 1: POLÍTICA É PROTEÇÃO

A primeira estrutura multinível de conceptualizações de “política” se refere aos seguintes significados encontrados nos dicionários *online* Houaiss e Aulete, respectivamente: “habilidade no relacionar-se com os outros tendo em vista a obtenção de resultados desejados” e “habilidade para negociar e harmonizar interesses diferentes”.

Como se vê, é possível elaborar que o conceito acionado, no nível mais esquemático, dos esquemas imagéticos, é “contêiner”. Isso porque “relacionar-se com outros”, “negociar e harmonizar” diferentes grupos exigem um esforço de “acondicionamento” ou acomodação em um espaço fechado (“contêiner”/na política, os espaços decisórios).

Quadro 4 – Estrutura multinível de conceptualizações de “política” 1

Níveis	Metáforas conceptuais
Esquemas imagéticos	POLÍTICA É CONTÊINER

Domínios	POLÍTICA É ACONDICIONAMENTO
Frames	POLÍTICA É PROTEÇÃO
Espaços mentais	POLÍTICA É PROTEÇÃO ESTRATÉGICA

Fonte: Elaboração própria.

E acomodar esses “outros” ou esses “interesses diferentes” em um “contêiner” (esquema imagético apresentado por Croft e Cruse, 2004, p. 36 – Quadro 2) é o meio de se obter proteção estratégica ou, em outras palavras, a razão de ser do Estado e da política. Agora, cabe relatar o passo a passo desses desdobramentos conceptuais, de “contêiner” (esquemas imagéticos) a “proteção estratégica” (espaços mentais).

Tais desdobramentos são sustentados pela fala de Marina Silva na entrevista observada, como se vê nos blocos temáticos 4, 6, 7, 10, 14 e 21 (Quadro 3, p. 46) e no trecho a seguir:

Marina Silva – O debate está posto. O Brasil tá liderando esse debate. **Inclusive nós defendemos a proposta** de que se tenha um acordo vinculante, que seja igual à obrigação em relação ao clima a diminuição da poluição plástica. **No Ministério do Meio Ambiente nós temos um departamento, uma coordenação de oceanos**, que é dirigido lá pela nossa querida Ana Toni, mas com a nossa eterna militante da questão dos oceanos, uma técnica muito competente, que é a Ana Paula Prates. **E nós estamos fazendo já junto com o Ministério é... de... de... da Marinha com a comunidade científica o Planejamento Espacial Marinho do Brasil** e fortes investimentos, **inclusive para ampliar as áreas de preservação marinha**. Porque **inclusive** nessa matéria a que me referi os técnicos do ICMBio mostrando que, mesmo com o aumento da temperatura da água, **onde as áreas são de preservação permanente, em que elas não têm uma pressão muito grande da presença humana e dos investimentos, esses ecossistemas se recuperam muito mais rápido. Então é uma agenda estratégica**, os oceanos são verdadeiros sumidouros de carbono. Se você tem um desequilíbrio da biota marinha você vai ter um processo de emissão que é altamente **desestruturante** de todos os esforços climáticos que se possa fazer. **Então nós trabalhamos né uma política voltada para a proteção dos oceanos**, mas também entendendo que é **uma agenda multilateral, que é preciso que se tenham acordos vinculantes** que obriguem os países né a terem metas: **o cuidado** com suas águas continentais e com aquelas que são de domínio comum. Adele Santelli (entrevistadora convidada; apresentadora do RepórterEco/TV Cultura) – Mas a gente não consegue responsabilizar a indústria... Marina Silva – A gente tem que responsabilizar. Quando você diz que é um acordo vinculante significa que vai [sic] ter responsabilidades, do mesmo jeito que a gente tem **na agenda de clima, em relação a todos os setores né**. A indústria de produção de plástico, ela tem que ser responsabilizada, sim, e obviamente que nós, cada um, temos que ter **um cuidado** para evitar o uso **inclusive** dos plásticos, **desses materiais que são tão danosos ao meio ambiente** (Marina Silva, 2025, 01:03:30 a 01:05:52. Grifos nossos. Bloco 14 – Quadro 3).

Por esse trecho e outros afins, chega-se ao nível dos espaços mentais POLÍTICA É PROTEÇÃO ESTRATÉGICA – o mais específico e o menos esquemático (na base) – partindo do outro extremo da hierarquia de Kövecses (2020), o dos esquemas imagéticos (no

topo). Esse nível é o menos específico e o mais esquemático e se cristaliza na metáfora conceptual **POLÍTICA É CONTÊINER**.

Faz-se isso a partir da sumarização de Croft e Cruse (2004 – Quadro 2, p. 36) sobre os esquemas imagéticos. Frente a ela, a pesquisa mobiliza a abordagem léxico-especializada junto aos dados da entrevista.

Os grifos no trecho apresentado objetivam construir a Estrutura multinível 1 (Quadro 4). Tanto sentenças quanto palavras lexicais (diferentes construções relacionadas a “área” e “proteção”, por exemplo) e gramaticais (como a recorrência de “inclusive”) compõem a justificativa do Quadro 4. Cabe, a seguir, apresentar o funcionamento dos instrumentos metodológicos indicados pela TMC Estendida em agenciamentos com esses grifos e outros trechos da entrevista.

Para tanto, ativam-se sobretudo abordagens de levantamento bibliográfico e intuitiva (Croft, Cruse, 2004; Lakoff, Johnson, 2002; Kövecses, 2002, 2020), lexical (Kövecses, 2020) e léxico-especializada. Mas o trabalho aqui é sempre multiabordagens e permeado também pela análise rizomática.

A pesquisa faz isso a fim de construir respectivamente os níveis dos esquemas imagéticos (levantamento bibliográfico e abordagem intuitiva) e dos domínios (abordagens intuitiva, lexical e léxico-especializada). E, nesse sentido, compara os dados da entrevista e dos dicionários (no verbete “política”) com a sumarização de Croft e Cruse (2004 – Quadro 2, p. 35).

Nessa etapa, é possível perceber regularidades e compatibilidades em torno de alguns esquemas imagéticos. Um deles é “contêiner”, por seus desdobramentos “acondicionamento” e “proteção”, indício da interpenetração, para cima e para baixo, dos níveis hierárquicos (mas porosos) de esquematicidade/especificidade (Kövecses, 2020).

Por isso, acessa-se o verbete “contêiner” no Houaiss e no Aulete *online*. No primeiro, “contêiner” é “recipiente usado para acondicionamento de cargas e no seu transporte (marítimo, aéreo etc.)”. No segundo, “contêiner” é “receptáculo de dimensões, materiais e formas diversas destinado a acondicionar mercadorias a serem nele conservadas ou transportadas em navios, trens etc; cofre de carga”.

Junto a esses dados, na entrevista de Marina Silva, como se viu no trecho anteriormente, construções referentes a espaço/área – “departamento”, “áreas”, “em [+ artigo]”, “inclusive” –; e proteção (“defendemos”, “preservação”, “proteção”, “cuidado”) indicam que **POLÍTICA É CONTÊINER** e **POLÍTICA É ACONDICIONAMENTO**.

Nos dicionários Houaiss e Aulete *online*, “acondicionamento” significa, respectivamente, entre outras definições, “arrumação em condições e local determinados, **para preservar de deterioração; condicionamento**” e “disposição em lugar e condições próprias **para a integridade física ou a conservação material**”/“adaptação a determinadas condições” (grifos nossos).

Essas definições selecionadas do verbete “acondicionamento” nos dicionários *online* utilizados na pesquisa corroboram, por meio da abordagem lexical, com dicionários comuns, os dados linguísticos gerados na entrevista observada. Além disso, a partir dessa abordagem, os dados evidenciam a compatibilidade entre “política”, “contêiner”, “acondicionamento” e, no nível dos *frames*, “proteção”, como se vê nos grifos e como se viu no trecho da entrevista.

Enfim, a entrada “proteção” nos dicionários *online* Houaiss e Aulete se relaciona fortemente com “política”, como se vê na transcrição a seguir, do Houaiss *online*:

Quadro 5 – Transcrição do verbete “proteção” no dicionário *online* Houaiss

proteção
<p>substantivo feminino ato ou efeito de proteger(-se)</p> <p>1 cuidado (com algo ou alguém) mais fraco <p. à infância, ao idoso> <os filhotes lobos crescem sob a p. dos pais></p> <p>2 aquilo que serve para abrigar; abrigo, resguardo, guarita <buscávamos uma p. contra a chuva></p> <p>3 aquilo que protege de um agente exterior; defesa <lentes de p. contra raios ultravioleta> <a pele é nossa p. contra germes> <os glóbulos brancos são órgãos de p. contra infecção></p> <p>4 exército armado; defesa <pedir a p. do senhor feudal></p> <p>5 aquilo que envolve (algo), para evitar que quebre, arranhe, suje etc.; invólucro, embalagem</p> <p>6 tratamento privilegiado que alguém recebe <por ser o menor, tinha p. da mãe> <ele gozava de p. no colégio porque seu pai era rico></p> <p>7 legislação que protege (algo) e o conjunto de medidas práticas para fazer valer essa legislação <os deputados estão preocupados com a p. das reservas indígenas></p> <p>8 m.q. patronagem</p> <p>9 guarda ou tombamento de um bem cultural ou natural, feito pelo Estado</p> <p>10 ECON conjunto de medidas que visam incrementar ou garantir a sobrevivência de determinado setor produtivo, como incentivos fiscais, linhas de crédito e esp. restrições à importação de produtos concorrentes</p>

Fonte: Verbetes “proteção” no dicionário *online* Houaiss. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php/eed/proteção. Acesso em 2 de jul. 2025. Grifos nossos.

É possível, assim, atestar mais uma vez a conceptualização de “política” em termos de “proteção”, no nível dos *frames*. Isso porque um grupo de interesse que entra na política – em outras palavras, nos arranjos institucionais de políticas públicas (PPs) específicas – protege a democracia, ao torná-la mais robusta e complexa, ao passo que busca proteger seus próprios interesses estratégicos (o incremento ou garantia de sua sobrevivência – definição 10 do Quadro 5).

Para que o saldo do condicionamento (“abrigo, resguardo, guarita” – definição 2) não resulte em desordem ou dano ao arcabouço democrático, é preciso incluir, de forma prioritária, nos espaços de decisão, “os mais fracos” (definição 1). Esses grupos são um grande contingente de pessoas e formações naturais, ou “o povo” e o “meio ambiente”, de onde emanam o poder político e o território brasileiro, como normatiza a CF 1988.

Esse tratamento privilegiado (definição 6 de “proteção” – Quadro 5) nem sempre é dispensado aos mais vulneráveis em determinada PP (*policies*), como é justo e lógico. Mas, em vez disso, é comum que os grupos de interesse mais endinheirados ou relevantes na conjuntura política de determinado momento histórico sejam protegidos pelas regras (*polity*) e pelo jogo político (*politics*).

Por sua vez, o conceito de “política” segundo Bobbio (1998) ajuda a compreender a Estrutura multinível de conceptualizações de “política” 1 (Quadro 4) no nível dos espaços mentais, em que POLÍTICA É PROTEÇÃO ESTRATÉGICA. Como escrito por Norberto Bobbio, no verbete “política” do “Dicionário de Política”, um dicionário especializado, o fim dessa prática é proteger a ordem pública.

Essa ordem é constantemente negociada e reafirmada pelo monopólio do uso da força concentrado no Estado. O motivo central de se esforçar para manter a ordem é a realidade de uma sociedade diversa, desigual e heterogênea, em território delimitado mas dinâmico e suscetível.

Além da necessidade de acomodação de grupos de interesse diversos, como também apontam os teóricos da democracia Dahl (2005) e Couto (2019), em espaços decisórios que são “contêineres” (proposto aqui), Bobbio (1998) sublinha o caráter estratégico desse condicionamento.

Nesse sentido, as três dimensões da política (*polity*, *politics* e *policies* – regras do jogo, o próprio jogo e as políticas públicas) são produtos do condicionamento de grupos de interesse menos ou mais diversos, desiguais e divergentes. A inclusão de grupos nos “contêineres” dos espaços decisórios tem o fim de “condicionar” interesses sociais relevantes e heterogêneos e, assim, “proteger” com um conjunto de “estratégias” a democracia e a política.

O que está em jogo é a integração ou desintegração do Estado, da política e da sociedade, um possível retorno ao estado de natureza. Esse estado varia entre o paraíso (de Rousseau), em que o ser humano não teria sido corrompido pela sociedade, e a guerra de todos contra todos (de Hobbes), em que o medo reina e os cidadãos estão expostos a violências de todo gênero, sem qualquer proteção de uma entidade moderadora.

Portanto, os riscos políticos de não acomodar grupos de interesse socialmente relevantes, sendo essa relevância variável, dependente do ponto de vista e dinâmica, é a desintegração social. Tal raciocínio é fortalecido pelas definições de “política” que a aproximam do pai da Ciência Política moderna, Maquiavel. Bobbio (1998) destaca essa definição na subseção “Política e Moral” do verbete “política”.

A diferença entre uma ação moralmente boa ou má e uma ação politicamente boa ou má é que, na primeira, faz-se o que se deve, aconteça o que acontecer. Já no campo da política, faz-se o que se deve a fim de que aconteça o que se deseja (Bobbio, 1998), conforme Maquiavel em “O príncipe”. Isso porque o fim da “política não é viver, mas viver bem” (1998, p. 958), como indica Aristóteles em “Política”.

Essa diferença entre “viver” apenas conforme as regras morais como fins em si mesmas e “viver bem” conforme as regras políticas, a fim de resolver problemas públicos, é o que oferece a carga estratégica à conceptualização de “política” descrita na Estrutura 1 (Quadro 4). Em suma, se POLÍTICA É CONTÊINER, em que entram, interagem e/ou saem grupos de interesse, acondicionados e acomodados em uma conjuntura, esse “acondicionamento” é uma “proteção estratégica” contra a desintegração da democracia, da política, do Estado e da sociedade civil.

Ao entrarem na política e participarem de espaços decisórios ou influentes sobre as decisões políticas estatais (como as Instituições Participativas da democracia representativa com participação social), por exemplo, a fim de resolver problemas públicos, os grupos de interesse têm proteção variável e dinâmica. Incluídos nos “contêineres”, os grupos de interesse de mais relevância conjuntural (política, econômica e naquele momento da história) obtêm mais “proteção” do que aquela geral, de manutenção da ordem democrática.

Os grupos excluídos dos espaços de decisão de política pública, seja ela estatal ou pluricêntrica, têm menos “proteção” e, portanto, são conhecidos como “vulneráveis”. A vulnerabilidade social diminui com a abertura da gestão pública para a participação social e, assim, com a consideração das demandas dos grupos mais afetados por determinado problema público. É pela política que se avança no estatuto social, de “vulnerável” a “parte interessada” (ou *stakeholders* quando se fala em governança).

A governança, pedra de toque da Administração contemporânea, tanto pública quanto privada, é definida brevemente por Pinto e Teixeira (2023), e se encaixa à conceptualização de “política” da Estrutura 1 (Quadro 4), por ser recorrentemente acionada na fala de Marina Silva, como se vê nos próximos parágrafos. Agora, importa assentar o conceito de “governança”, no campo da Ciência Política e Administração Pública contemporâneas:

Entre as várias conceituações do termo, **o presente artigo considera governança como um conjunto de instituições e atores para além dos atores governamentais, com as fronteiras entre eles e responsabilidades de cada um pouco definidas, de forma a abordar as questões sociais e econômicas entre atores em processos interativos** (Stoker, 1998). Cavalcante e Pires (2018) propõem a compreensão da governança como uma perspectiva estratégica para lidar com os desafios de coordenação e implementação de programas de governo em ambientes internos e externos cada vez mais complexos, dinâmicos e incertos. Fiani (2014) discute a relevância dos arranjos institucionais – ou estruturas de governança, tratados pelo autor como sinônimos – para a formulação de políticas de desenvolvimento.

Para conciliar as abordagens tradicionais das capacidades do Estado com as noções contemporâneas de governança, Pires e Gomide (2016) destacam **a dimensão político-relacional do Estado, enfatizando a importância da inclusão de múltiplos atores, processos de diálogo entre Estado e sociedade e a criação de consenso sobre questões políticas**. Tais capacidades relacionais estariam associadas à legitimidade da ação estatal, **mobilização social e acomodação de interesses conflitantes** (Pires & Gomide, 2016, p. 126) (Pinto e Teixeira, 2023, p. 4. Grifos nossos).

Os dicionários *online* Houaiss e Aulete já captam no senso comum esse caráter estratégico da ação política junto à necessidade de acomodação de interesses frequentemente divergentes. Isso fica claro quando os dicionários apontam para o aspecto de “esperteza, astúcia para obter alguma coisa” (Aulete *online*, no verbete “política”) e “astúcia, maquiavelismo no processo de obtenção de alguma coisa” (Houaiss *online*, em “política”).

Assim, chega-se ao entendimento de que há uma acomodação de interesses estratégica geral e mais estável, com categorias historicamente proeminentes, em favor da proteção da ordem democrática, da classe trabalhadora à classe capitalista. E essa acomodação geral do modelo democrático – o sistema político – encara como um “contêiner”, ou conjunto de “contêineres” (espaços decisórios), diferentes “políticas” de “acondicionamento”, de “proteção” e “estratégicas” de cada grupo de interesse, em cada arranjo institucional de decisão sobre política pública.

Os processos interativos entre sistema político e políticas de grupos de interesse (interessados em “proteção”/“proteção estratégica” e dotados de “estratégias” e táticas) não acontecem sem disputa. E essas disputas são “acondicionadas” em espaços decisórios (“contêineres”), sob os princípios e práticas da governança, acionada por Marina Silva recorrentemente (blocos temáticos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 20 e 21 – Quadro 3), como se confirma com o trecho a seguir:

No caso da BR-319, tem um esforço, primeiro, de **governança, de toda aquela área de abrangência, da presença do Estado, do cuidado de como fazer, para que aquela área de fato fique preservada**. E a outra parte é a parte da **avaliação ambiental estratégica**. Fazer primeiro: **um esforço de governança, avaliação ambiental estratégica, para ver todo o impacto na área de abrangência**. E que a estrada, se for feita, ela não tenha esse caráter de exploração ao longo da **área**, que é

de floresta. E, pelo debate que vem sendo feito, com o ministro Renan, com o ministro Rui Costa, seria uma estrada de cunho social e não uma estrada para fazer uma frente de pressão nessa área de floresta (Marina Silva, 2025, 01:29:23 a 01:31:17. Grifos nossos. Bloco 20 – Quadro 3).

Nesse trecho da entrevista, a conceptualizadora Marina Silva destaca o caráter estratégico das avaliações *ex ante* e *ex post* de políticas públicas, especificamente de políticas ambientais. Essa avaliação tem caráter técnico e científico, baseado em evidências e modelagens objetivas, mas as decisões sobre como reformular políticas ou agendas são resultados do acondicionamento de interesses e partes interessadas, incluídas as instituições de pesquisa e avaliação, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Portanto, as decisões sobre as *policies* (dimensão da ação governamental ou pluricêntrica da política) têm base técnica e político-relacional. Aquelas são acondicionadas em espaços decisórios e compõem a governança democrática.

As preposições “para” no trecho apresentado corroboram os fins estratégicos para que o jogo político (*politics*) e as regras do jogo (*polity*) são exercidos e acordados. No caso do grupo de interesse representado por Marina Silva, esses fins são proteger os direitos ambientais da CF 1988 e a área de floresta contígua ao projeto da BR-319.

No entanto, o interesse público, e até a preservação dos bens ambientais/comuns, tem múltiplas perspectivas, convergentes e divergentes, e com frequência os gestores públicos se veem frente a *trade-offs*, em que grupos saem ganhando enquanto outros saem prejudicados. Por isso, sublinha-se o debate com as partes interessadas (*stakeholders*) para garantir a responsividade (agir conforme a vontade dos eleitores e dos cidadãos) e a representatividade (agir no melhor interesse público, mesmo eventualmente contra o desejo da maioria).

Exemplos de *stakeholders* – “todos os setores” [implicados por determinada política pública] nas palavras de Marina Silva (2025) –, são a indústria de plásticos e os ministros de Transportes – Renan Filho – e da Casa Civil, Rui Costa. Além disso, na mesma entrevista, Marina Silva enfatiza o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o próprio Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima como partes interessadas acondicionadas em espaços decisórios para proteger estrategicamente a democracia e os interesses dos grupos político-sociais.

Dessa forma, quer-se destacar o caráter negociado, com inclusões e exclusões em espaços decisórios, proteções e vulnerabilidades, nos processos de acondicionamento de grupos de interesse em arranjos institucionais de políticas públicas (PPs). Os fins estratégicos,

para Marina Silva, são a manutenção/proteção da ordem democrática e a realização da sustentabilidade ambiental das PPs, compromissos assumidos por ela e pelo Governo Lula 3, como se vê na entrevista ao Roda Viva de 10/03/2025.

5.2 ESTRUTURAS MULTINÍVEIS 2 E 3: POLÍTICA É JOGO E LUTA/GUERRA

Ao se deparar com os dados linguísticos, que são recorrentes ao longo da entrevista de Marina Silva ao Roda Viva de 10/03/2025, emerge outra estrutura de conceptualizações de “política”, apresentada no Quadro 6. Como se vê, no nível dos *frames*, POLÍTICA É JOGO (saliente nos blocos 3, 5, 12, 20 e 21 – Quadro 3, p. 46), com participantes e regras, ganhadores e perdedores. Isso se dá nos instrumentos de *accountability* vertical (eleições) e horizontal (entre instituições ou *checks-and-balances*).

Quadro 6 – Estrutura multinível de conceptualizações de “política” 2

Níveis	Metáforas conceituais
Esquemas imagéticos	POLÍTICA É LIGAÇÃO/PARTE-TODO
Domínios	POLÍTICA É COMBINAÇÃO/CONJUNTO
<i>Frames</i>	POLÍTICA É JOGO
Espaços mentais	POLÍTICA É JOGO FORMADO POR CONJUNTO DE REGRAS E PARTICIPANTES

Fonte: Elaboração própria.

A responsividade (responder às preferências dos eleitores) e a representatividade (atuar no melhor interesse do bem público) dos agentes dos grupos de interesses são, dessa forma, sempre postos à prova nas partidas do jogo (reuniões, eleições). E essas partidas se dão em espaços decisórios, ou em espaços influentes sobre as decisões acerca das políticas públicas (*policies*) e das regras (*polity*) do próprio jogo (*politics*).

Em termos mais esquemáticos, o jogo só é possível porque existe uma “combinação” e “um conjunto de partes” em disputa formando “um todo” coerente na medida da manutenção da ligação democrática dos grupos sociais. Portanto, os participantes do jogo, que são os agentes políticos ou partes interessadas, representantes dos grupos de interesse e/ou dos eleitores, submetem-se às regras do jogo (o sistema político democrático) a fim de proteger os respectivos grupos e o próprio jogo.

Tanto a Estrutura multinível de conceptualizações de “política” 1 (Quadro 5) quanto a Estrutura 2 (Quadro 6) sublinham, dessa forma, o caráter estratégico da política. Fazer política é sempre agir estrategicamente, com o fim de o agente e seu grupo viverem bem, mesmo que,

para isso, outros grupos saíam eventualmente em desvantagem. É a dinamicidade desse jogo que garante, por fim, a continuidade dele.

Ou seja, o grupo que está em mais vantagem agora pode perder vantagens no futuro, dando lugar a ganhos de outros grupos, ou negociando um meio-termo. Essa dinâmica, como se vê na fala de Marina Silva, não é só interna, mas também externa, nos agenciamentos múltiplos (morais, econômicos, culturais e ambientais) entre países.

A multiplicidade de dimensões entrelaçadas (Deleuze, Guattari, 2011) permeia todo o processo político. No “Dicionário de Política” (Bobbio, 1998, p. 962), encontra-se a conceptualização de “política” como “jogo”:

Sempre que um grupo social age em própria defesa contra outro grupo; se apela a uma ética diversa da geralmente válida para os indivíduos, uma ética que responde à mesma lógica da razão de Estado. Assim, ao lado da razão de Estado, a história nos aponta, consoante as circunstâncias de tempo e lugar, ora uma razão de partido, ora uma razão de classe ou de nação, que representam, sob outro nome, mas com a mesma força e as mesmas consequências, o princípio da autonomia da Política, entendida como autonomia dos princípios e regras de ação que valem para o grupo como totalidade, em confronto com as que valem para o indivíduo dentro do grupo. (Bobbio, 1998, p. 962)

Entende-se, assim, que o jogo é formado pela disputa entre grupos de interesse, com organizações internas próprias. Não é difícil, ao observar a entrevista de Marina Silva ao Roda Viva em 10/03/2025, perceber que a política em termos de proteção estratégica se faz no jogo (em democracias, com regras mais ou menos estáveis) e que a razão de ser do jogo – e da política – é a luta/guerra de um grupo contra outro (saliente nos blocos 5, 15, 18 e 21 – Quadro 3, p. 46).

Isso contraria a visão aristotélica sobre a incompatibilidade da democracia com a luta de classes, justamente porque, como visto anteriormente, democracia grega antiga e democracia liberal moderna, em vigor contemporaneamente, não coincidem. Portanto, política em termos de proteção, de jogo e de luta/guerra se adubam mutuamente. E a luta de classes, ou, mais acuradamente, de grupos de interesse em busca de proteção, é o motor do jogo democrático contemporâneo.

Esse entrelaçamento entre as estruturas multiníveis de conceptualizações de “política” construídas aqui é captado e esclarecido na fala de Marina Silva, em trecho da entrevista observada:

Num governo de frente ampla né os temas estão em disputa né não só na sociedade, mas dentro do próprio governo. Nós tivemos que fazer uma frente ampla antes pra ganhar, uma frente ampla pra governar e a responsabilidade com o projeto de país que a gente quer construir né ela convoca todos nós a termos a capacidade de compreender a importância um dos outros mesmo na divergência. E naquele momento em que eu disse que o meu sonho era ver a política

ambiental de forma transversal, de fato ela ainda não era transversal, ela foi transversal no experimento que foi o PPCDAm, onde treze ministérios trabalharam juntos coordenados pelo Palácio e nós fomos capazes de fazer algo transformador. Hoje eu posso te dizer que ela é transversal. **Hoje, é o ministro da Fazenda que me ajuda muito, o Fundo Clima, o Eco Invest, a Plataforma Países [do IBGE], o Plano de Transformação Ecológica (PTE). No Ministério da Agricultura, nós temos o Programa ABC, que hoje não é mais ABC, é o programa inteiro né de economia, agricultura de baixo carbono. O nosso vice-presidente, que é da indústria e comércio, liderando toda uma agenda de reindustrialização verde, trabalhando a agenda de bioeconomia, uma série de empreendimentos. A ministra do planejamento, dos 80 programas do PPA [Plano Plurianual], 58 tem ações ambientais. É um esforço transversal e o próprio presidente Lula liderando a agenda de desmatamento zero, de desintrusão de terras indígenas, e dando suporte, eu não posso dizer que eu me sinto isolada [...]** (Marina Silva, 2025, 00:25:00 a 00:26:48. Grifos nossos. Bloco 5 – Quadro 3).

Portanto, ao mesmo tempo em que é proteção e jogo (em seus aspectos de parte-todo, combinação e conjunto de regras, participantes, instituições e políticas públicas), a política é competição, disputa, luta e guerra (no campo das propostas e ações públicas). A Estrutura multinível de conceptualizações de “política” 3 (Quadro 7) cristaliza esses processos conceptuais. Os dicionários consultados e a entrevista fonte de dados linguísticos desta pesquisa corroboram que POLÍTICA É JOGO (Estrutura 2) e LUTA/GUERRA (Estrutura 3), a fim de garantir PROTEÇÃO (Estrutura 1).

Quadro 7 – Estrutura multinível de conceptualizações de “política” 3

Níveis	Metáforas conceptuais
Esquemas imagéticos	POLÍTICA É CONTATO
Domínios	POLÍTICA É CONFLITO
Frames	POLÍTICA É LUTA/GUERRA
Espaços mentais	POLÍTICA É DESTRUIÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE REALIDADES COLETIVAS

Fonte: Elaboração própria.

O dicionário *online* Houaiss não enfatiza a dimensão de luta/guerra entre interesses de grupos divergentes; prefere, em vez disso, sublinhar a organização e direção do conjunto ou combinação do jogo (no sentido de arranjo). Três das definições encontradas no Houaiss *online* são as seguintes: política é “arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados; aplicação desta arte aos negócios internos da nação (política interna) ou aos negócios externos (política externa); ciência política”, “conjunto de princípios ou opiniões políticas” e “conjunto de opiniões e/ou simpatias de uma pessoa com relação à arte ou ciência política, a uma doutrina ou ação política etc.”.

Já o dicionário Aulete *online* oferece apenas uma definição com foco em disputa/luta, enquanto quatro das nove definições focam na política em termos de condicionamento e de jogo (arranjo, conjunto, combinação). A definição que corrobora a conceptualização de “política” em termos de luta/guerra é a seguinte: política é “atuação na disputa de cargos de governo ou nas relações partidárias.”

Na fala de Marina Silva analisada aqui, anteriormente e quando a ministra responde sobre a possibilidade de ela disputar a eleição presidencial mais uma vez, *prompts* (gatilhos) linguísticos encaminham a conceptualização de “política” em termos de luta/guerra. Referências a defesa, frente, agressão, combater, proteger, lutar pela vida e contra a morte (da democracia como um ser) afirmam ser a política um campo de batalhas:

Eu não serei mais candidata a Presidente da República, **não me coloco nesse lugar**, eu fui convencida a ser candidata a deputada federal. Obviamente que eu sempre... é... **vejo a política como processo dinâmico**. Hoje, eu quero continuar ajudando a que **esse projeto da frente ampla, de defesa da democracia, como parte da frente ampla, ele continue vitorioso**. Inclusive **entendendo a frente ampla para além das lideranças políticas e dos partidos políticos**. A **frente ampla, como eu disse, ela tem que ser entendida como a parte do empresário que defende a democracia, como a parte dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens, da população LGBTQIA+, das pessoas que creem e que não creem, né, daqueles que são formadores de opinião e que não querem ver o nosso país, é, vendo as mulheres jornalistas sendo agredidas, os jornalistas tendo medo de fazer uma pergunta, tendo que marcar ponto para entrevistar um servidor público como acontecia**. Então, a frente ampla, ela é **em legítima defesa da democracia** e tem um esforço que precisa ser feito que é o seguinte: **nós fizemos a frente ampla em 2022, foi vitoriosa, para preservar a democracia**, nosso esforço agora é ampliar, consolidar. E nós temos que decidir o que nós queremos fazer com a democracia. **Nós não vamos usar a democracia que nós estamos estabilizando e que estamos lutando por ela para um projeto de desenvolvimento que não combata desigualdades, que não proteja o meio ambiente, que não aposte num novo ciclo de prosperidade, que não busque aprofundar espaços para que novas lideranças possam surgir**. [...] E a pergunta que eu me faço é a seguinte: onde é que eu mantenho a prole viva? Entendendo prole metaforicamente falando, né: a prole, no sentido da democracia. **A democracia, como ser, onde é que ela é viva? Se para ela ficar viva, eu tenho que estar na cena política, eu vou tá lá. Se pra ela ficar viva, eu tenho que me ausentar da cena política, eu vou me ausentar**. (Marina Silva, 2025, 01:31:39 a 01:34:40. Grifos nossos. Bloco 21 – Quadro 3)

Apesar de os dicionários comuns Houaiss e Aulete *online* não apresentarem ou apresentarem muito pouco sobre a política como disputa, luta e guerra (uma guerra no campo das propostas e ações públicas), Bobbio (1998) reserva uma subseção do verbete “política” só para essa conceptualização. A subseção é intitulada “A política como relação amigo-inimigo” e, se sobreposta ao trecho da fala de Marina Silva apresentado anteriormente, ajuda a derivar uma separação entre defensores da democracia (amigos) e agressores da democracia (inimigos).

Nesse sentido, no nível mais esquemático, dos esquemas imagéticos da Estrutura multinível de conceptualizações de “política” 3, encontra-se POLÍTICA É CONTATO. O esquema imagético CONTATO é parte do quadro apresentado por Croft e Cruse (2004, p. 45), na categoria ESPAÇO, e reproduzido anteriormente nesta pesquisa (Quadro 2).

Aqui, cabe retomar os esquemas imagéticos das Estruturas de conceptualizações de “política” 1 e 2, respectivamente, POLÍTICA É CONTÊINER e LIGAÇÃO/PARTE-TODO. Faz-se essa recapitulação a fim de demonstrar que as categorias de esquemas imagéticos apresentados por Croft e Cruse (2004, p. 45) – ESPAÇO para CONTATO; CONTÊINER para CONTÊINER; e UNIDADE/MULTIPLICIDADE para PARTE-TODO – ativam percepções cognitivas interligadas por noções de dentro/fora e de inclusão/exclusão.

Essas percepções são acionadas esquematicamente nas conceptualizações de “política” por conceptualizadores comuns e especialistas. Os dicionários *online*, o dicionário especializado e a fala de Marina Silva, que compõem esta pesquisa, ratificam a dimensão espacial e de inclusão/exclusão de “política”, como se viu anteriormente.

Então, as noções espaciais que possibilitam a noção de “contato” também possibilitam o “atrito”, ou o “conflito”. Essas noções, confrontadas com os dados linguísticos desta pesquisa e atravessadas pelos procedimentos teórico-metodológicos léxico-especializado e rizomático, desdobram-se no *frame* POLÍTICA É LUTA/GUERRA. E, em uma luta e em uma guerra, o resultado direto é a destruição.

Mas, essa destruição pode se referir a uma ordem de coisas prejudicial a determinados grupos e, assim, a destruição é a construção de uma outra ordem (Bobbio, 1998). Portanto, no nível mais específico, dos espaços mentais, da Estrutura 3, tem-se que POLÍTICA É DESTRUIÇÃO/CONSTRUÇÃO DE REALIDADES COLETIVAS.

Como se vê, o que está em jogo nessa luta/guerra é a destruição ou a (re)construção da democracia brasileira e de políticas públicas excludentes ou inclusivas e degradantes ou sustentáveis. E Marina Silva situa seus “amigos” no campo da defesa da democracia com combate à desigualdade social e justiça ambiental, eventualmente destruindo aspectos/políticas que ponham em risco essa ordem e esse processo.

Por sua vez, os inimigos políticos de Marina Silva são os agressores da ordem democrática, das políticas de proteção social e do meio ambiente. Esses agressores, que tentam destruir a democracia e os princípios da Constituição Federal de 1988 (CF 1988), os valores e as regras do jogo, tentam instalar uma outra ordem, via luta/guerra eleitoral e cultural. Nesse ponto, as três conceptualizações se entrelaçam como um bulbo rizomático,

sem hierarquia, começo nem fim, sempre na intermediação, a fim de conceptualizar “política” em contexto democrático.

6 CONCLUSÕES

Esta pesquisa apresentou três estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”: no nível dos *frames*, POLÍTICA É PROTEÇÃO, JOGO E LUTA/GUERRA, captadas, descritas e interpretadas a partir da entrevista de Marina Silva ao Roda Viva, em 10/03/2025. Cada estrutura tem ainda dois níveis mais esquemáticos e menos específicos que os *frames* – os níveis dos domínios e dos esquemas imagéticos – e um nível menos esquemático e mais específico, o nível dos espaços mentais.

Foram apresentadas as visões de língua e de mente da Linguística Cognitiva (LC) e, com ambas, o papel do linguista cognitivo na arena política. Isso porque, aqui, empreendeu-se trabalho acadêmico interdisciplinar, entre LC e Ciência Política. Empreendimentos similares foram feitos por George Lakoff, um dos nomes mais proeminentes da LC, e seu livro “*The Political Mind: A Cognitive Scientist's Guide to Your Brain and Its Politics*” (Lakoff, 2009) foi basilar para a construção da pesquisa apresentada.

Importa, então, lembrar como a LC entende língua, a fim de sumarizar e sedimentar a base linguística que fundamenta a construção das três estruturas multiníveis de conceptualizações de “política” apresentadas anteriormente. Nesse campo de pesquisa, língua é um contínuo de fonologia, morfologia, sintaxe e semântica que, ativando o sistema conceptual, torna-se uma entrada de observação para o funcionamento da mente.

Para tanto, ao focar na produção de sentidos, a LC se posiciona em perspectivas semânticas, pragmáticas e discursivas, em paralelo aos trabalhos nos diferentes níveis linguísticos. Dessa forma, um estudo de LC descreve e interpreta as relações entre mensagem comunicada linguisticamente e processos gerais de pensamento (Feltes, 2018), junto a contextos linguísticos e extralinguísticos.

Dessa forma, língua é um feixe de processos geo-bio-sócio-culturais e o enfoque cognitivo

busca compreender, por meio de estudos interdisciplinares, como o ser humano é capaz de significar, a partir de suas experiências sociais, culturais, emocionais, uma vez que, segundo essa abordagem, o significado é conceptual, psicológico, perspectivista, experiencialista, contextual e flexível. Ao posicionar-se a esse respeito, Silva (2004, p. 2) compartilha com Langacker (1999, 2007) a ideia de que a linguagem deve ser vista como parte integrante da cognição e não como um módulo isolado, devendo, por isso, ser estudada em contextos de conceptualização, o que corrobora a natureza enciclopédica do significado linguístico e a necessidade de estudá-lo em contextos de uso. (Santos, 2018, p. 188)

Esta pesquisa foi um estudo interdisciplinar que focou as conceptualizações em contexto de uso, como é o caso da entrevista de Marina Silva ao Roda Viva em 10/03/2025.

Nesse sentido, descreveu e interpretou processos de produção de sentido ou de conceptualizações sobre o termo “política”, baseando-se na Teoria da Metáfora Conceptual Estendida.

Por isso, teorizou-se e apresentaram-se procedimentos metodológicos da TMC Estendida, segundo Kövecses (2020), tornando o marco teórico mais específico. Mas, antes, assentaram-se as bases da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC). Essas bases são conhecidas como TMC Clássica e remetem ao livro seminal de Lakoff e Johnson (2002 [1980]), “Metáforas da vida cotidiana”.

A ubiquidade das metáforas, que constroem constantemente conceitos abstratos em termos de conceitos concretos, é consequência de uma mente corporificada. E, nessa mesma publicação, Lakoff e Johnson (2002 [1980]) constroem uma fórmula – DOMÍNIO CONCEPTUAL A É DOMÍNIO CONCEPTUAL B –; uma tipologia de metáforas quanto ao nível de estruturação provida a conceitos abstratos – estruturais, ontológicas e orientacionais; e uma abordagem intuitiva mas com base em evidências científicas que subjaz toda a LC posterior.

Kövecses (2002) escreve no início do século XXI “*Metaphor: a Practical Introduction*” a fim de sumarizar e começar a expandir os princípios da TMC Clássica. Em 2020, o mesmo autor publica “*Extended Conceptual Metaphor Theory*” e funda, assim, a TMC Estendida.

Para se chegar à TMC Estendida, nesta pesquisa, foram apresentados como marco teórico aspectos da visão de língua e mente da LC e a transição teórico-metodológica necessária entre TMC Clássica e TMC Estendida. Nessa última, a fórmula linear apresentada por Lakoff e Johnson (2002 [1980]) se torna estrutura multinível. Os agenciamentos entre domínios são multiplicados por quatro.

Uma estrutura multinível contém quatro níveis organizados em hierarquia de esquematicidade/especificidade: esquemas imagéticos, domínios, *frames* e espaços mentais. Cada estrutura oferece uma conceptualização multinível, em que as fronteiras entre os níveis são porosas e, portanto, os níveis se interpenetram para além da hierarquia com coerência crescente de especificidade, de cima para baixo (Figura 1).

Cada nível é construído nos termos da fórmula da TMC Clássica, em outras palavras, na forma linear da metáfora conceptual. E cada nível demanda um conjunto de procedimentos ou abordagens metodológicas próprias, a fim de gerar diferentes graus de esquematicidade/especificidade.

Os esquemas imagéticos requerem pesquisas em psicolinguística e neurociência. Aqui, acessam-se essas pesquisas de forma secundária, a partir da publicação “*Cognitive Linguistics*” (Croft, Cruse, 2004). Nesse livro fundamental, os autores apresentam um inventário de esquemas imagéticos com base em Johnson (1987) e Lakoff e Turner (1989) (Quadro 1). Tal resumo funcionou para esta pesquisa e os esquemas imagéticos coincidiram com os dados encontrados na entrevista analisada.

O nível dos domínios e o nível dos *frames* são construídos sobretudo a partir das abordagens intuitiva e lexical, centrada na terminologia e/ou na consulta a dicionários. Por fim, o nível menos esquemático e mais específico, dos espaços mentais, recorre a procedimentos e abordagens da análise do discurso, entre outras.

Depois de sumarizar a visão de língua e mente da LC e desta pesquisa, além de apresentar a TMC Clássica e a TMC Estendida, o marco teórico considerou importante discorrer rapidamente sobre o papel do linguista cognitivo na arena/ciência política. Faz-se isso a partir da comparação entre os objetivos de “The Political Mind: A Cognitive Scientist's Guide to Your Brain and Its Politics” e os objetivos da dissertação apresentada.

Ambos foram trabalhos de pesquisa na interdisciplinaridade entre LC e Ciência Política. Compartilharam também a intenção de se justificar por oferecer inteligibilidade sobre o funcionamento da democracia e, assim, fortalecer o *advocacy* (pressão política) de grupos alinhados com o propósito de aperfeiçoá-la com justiça social.

Com isso, avançou-se para a descrição da metodologia, com diferentes abordagens e procedimentos a depender do nível que se quer construir. Para os esquemas imagéticos, a consulta a Croft e Cruse (2004) e a abordagem intuitiva. Para os domínios e *frames*, sobretudo a abordagem intuitiva (informada por levantamento bibliográfico em LC) e a abordagem lexical, aqui adaptada para léxico-especializada – todas com possibilidade de uso nos diferentes níveis.

Essa hibridação teórico-metodológica se deu com a consulta a dicionários comuns – o Aulete e o Houaiss *online* – junto à consulta a um dicionário especializado, o “Dicionário de Política” (Bobbio *et al.*, 1998), no verbete “política” (e outros necessários para construir as estruturas). Dessa forma, foi possível reunir material lexical e semântico, comum e especializado, que desse conta das conceptualizações tanto gerais quanto específicas da política profissional Marina Silva.

Por fim, o nível dos espaços mentais foi composto a partir de uma abordagem rizomática. Essa abordagem, baseada em “Mil Platôs – Vol. 1”, privilegia as pulsões afetivas e

de prazer do texto (aqui, da entrevista), e ativa a atenção ampla e aberta do pesquisador. Tais pulsões se avolumam no texto em forma de bulbos de rizomas conceituais.

E, dessa forma, foi possível identificar diferenças de intensidade no texto pela própria linguagem e sua repetição discursiva. Esses bulbos são passíveis de transformação em metáforas conceituais principalmente no nível dos espaços mentais, como se fez nesta pesquisa.

Ainda na metodologia, chegou-se à conclusão de que Marina Silva é uma conceptualizadora estratégica na arena política, por ser legisladora e gestora pública de políticas ambientais experiente e reconhecida internacionalmente. Além disso, o programa de entrevista Roda Viva, da TV Cultura, é o programa do gênero mais longo da TV brasileira e também já ganhou prêmios por seu valor jornalístico e político-cultural.

Por fim, Marina Silva foi a pessoa mais vezes convidada/entrevistada pelo Roda Viva. A entrevista analisada aqui, de 10/03/2025, foi sua décima segunda ida ao programa.

Os resultados da aplicação dos procedimentos e abordagens teórico-metodológicos elencados anteriormente foram três estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”. Elas são ao mesmo tempo comuns e específicas, leigas e profissionais. Para tanto, primeiramente acessou-se o inventário de esquemas imagéticos de Croft e Cruse (2004) (Quadro 2 – p. 35).

Além disso, foi consultado o verbete “política”, entre outros, no Aulete e no Houaiss *online* e no “Dicionário de Política” (Bobbio *et al.*, 1998), para perceber domínios e *frames* mobilizados. E captaram-se rizomaticamente pulsões de prazer do texto em forma de espaços mentais, a fim de montar o nível mais específico da estrutura multinível. Os resultados foram aqueles apresentados nos Quadro 5, Quadro 6 e Quadro 7.

Desse percurso de pesquisa, representado pela visão panorâmica sobre a dissertação apresentada, três lacunas ou agendas para pesquisa futura emergiram, uma de cada resultado, e podem ser consideradas conclusões em aberto. A primeira delas foi a relação entre aumento da participação social e diminuição da vulnerabilidade social, derivada do *frame* POLÍTICA É PROTEÇÃO.

A segunda, referente ao *frame* POLÍTICA É JOGO, foi a produtividade da polissemia de “jogo” como atividade lúdica/esportiva/competitiva e de “jogo” como conjunto/cominação/arranjo, e seus agenciamentos, para a conceptualização de “política”.

A terceira agenda diz respeito ao *frame* POLÍTICA É LUTA/GUERRA e se preocupa com a sustentabilidade política e as consequências de uma visão bélica no jogo democrático. Marca-se essa preocupação sem deixar de defender a luta/competição entre diferentes grupos

dirigentes/de interesse ou os *checks-and-balances* entre os poderes da República, dentro dos limites/regras constitucionais. O foco das decisões e acordos (acondicionamentos) deve se basear na justiça social, nas exigências dos *stakeholders* (sobretudo os mais vulneráveis) e nas evidências científicas sobre o bem público em cada caso.

Em suma, esta dissertação apresentou três estruturas multiníveis de conceptualizações de “política”. Elas foram captadas na entrevista da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Governo Lula 3 Marina Silva ao Roda Viva em 10/03/2025. As estruturas multiníveis se referem, no nível dos *frames* a POLÍTICA É PROTEÇÃO, POLÍTICA É JOGO e POLÍTICA É LUTA/GUERRA.

A pesquisa cumpriu, dessa forma, o objetivo geral de compreender processos conceptuais de “política” na fala de uma política profissional (Marina Silva) e os objetivos específicos de mobilizar a TMC Estendida para captar estruturas multiníveis de conceptualizações de “política” e de relacionar interdisciplinarmente LC e Ciência Política na arena do fortalecimento democrático.

Em tempo, importa lembrar que o projeto de pesquisa desta dissertação recebeu bolsa de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB, Termo de Outorga n. 00091461614) e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UEFS, parecer n. 7.109.592).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. A ciência no Twitter e a construção ecológica do significado: inimigos, entre defesa e ataque, entre vitória e derrota, quando podemos viver pela metáfora da guerra. *In: Signo*, 48(91), 2023. P. 83-96. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/signo.v48i91.17970>. Acesso em 1 fev. 2025.
- BERNARDO, Sandra. Vinho é calor: Integração conceptual e metáforas em níveis na conceptualização de meme. *In: Revista do GELNE*, v. 24, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/29868/16649>. Acesso em 26 fev. 2024.
- BIANCHI, Pedro Henrique. REZENDE, Guilherme José Rodrigues. TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Mudança e descontinuidade? O Orçamento Participativo na agenda política de Porto Alegre (RS), Brasil. *In: GIGAPP Estudos Working Papers*. Vol. 6, núm. 118, 2019. P. 131-148. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesquisa-eaesp-files/arquivos/cambio.pdf>. Acesso em 1 fev. 2025.
- BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política** – Vol. 1. Tradução: Carmen Varriale. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- COUTO, Claudio Gonçalves. **Sistema de Governo e Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2019.
- CROFT, William. CRUSE, D. Alan. **Cognitive Linguistics**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- DAHL, Robert Alan. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Vol. 1**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FAUCONNIER, Gilles. COSCARELLI, Carla Viana (entrevistadora). Entrevista – Uma conversa com Gilles Fauconnier. *In: Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 5, n. 2, 2005. P. 291-303. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/HnGRBy456kHRv5gj4DC5pYk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 2 jul. 2025.
- EVANS, Vyvyan. GREEN, Melanie. **Cognitive Linguistics: An Introduction**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.
- FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. Princípios de composicionalidade e continuidade, indeterminância do significado: tópicos em Semântica Cognitiva. *In: ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. SANTOS, Elisângela Santana dos. Linguística cognitiva: redes de conhecimento d'aquém e d'além-mar*. Salvador: EDUFBA, 2018. P. 11-36. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28269/3/linguistica-cognitiva_repositorio.pdf. Acesso em 20 jun. 2025.
- FILLMORE, Charles. Frame Semantics. *In: The Linguistics Society Of Korea, Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin Publishing Company, 1982.

FRANZESE, Cibele. PEDROTI, Paula Maciel. Limites e possibilidades do orçamento participativo: para além da retórica. *In: RAP*, 39(2), Rio de Janeiro, 2005. P. 207-230. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/download/6567/5151>. Acesso em 1 fev. 2025.

JOHNSON, Mark. **The body in the mind**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

KÖVECSES, Zóltan. **Extended conceptual metaphor theory**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2020.

KÖVECSES, Zóltan. **Metaphor: a Practical Introduction**. New York: Oxford University Press, 2002.

KNOTH, João Vitor. **Conceptualizações de vida e de morte em notas de suicídio escritas por brasileiros no século XXI**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) - Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). 2024.

LAKOFF, George. JOHNSON, Mark. **Metáforas da Vida Cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LAKOFF, George. TURNER, Mark. **More than cool reason: a field guide to poetic metaphor**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

LAKOFF, George. **The Political Mind: a Cognitive Scientist's Guide to your Brain and its Politics**. New York: Penguin Books, 2009.

LAKOFF, George. **Thinking Points: Communicating our American Values and Vision, a Progressive Handbook**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2006.

PINTO, Daniela Gomes. TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Uma abordagem territorial para o gerenciamento de projetos de infraestrutura: o caso da usina hidrelétrica de Belo Monte, Pará, Brasil. *In: Cadernos EBAPE.BR*, v. 21, nº 5, Rio de Janeiro, p. 1-21. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/sJFP3jHn9ZWGNjstVG9tmDF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 jun. 2025.

PRZEWORSKI, Adam. The State and the Citizen. *In: Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado*, São Paulo. 1998. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228703581_The_State_and_the_citizen. Acesso em 1 fev. 2025.

RODA VIVA. **Roda Viva | Marina Silva | 10/03/2025**. Youtube, 10/03/2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vltqUc4wJUk&t=2106s>. Acesso em 20 jun. 2025.

SANTOS, Elisângela Santana dos. Conceptualizações de leitura: aportes da Linguística Cognitiva para compreensão do significado. *In: ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. SANTOS, Elisângela Santana dos. Linguística cognitiva: redes de conhecimento d'aquém e d'além-mar*. Salvador: EDUFBA, 2018. P. 183-208. Disponível em:

https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28269/3/linguistica-cognitiva_repositorio.pdf. Acesso em 1 fev. 2025.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da democracia revisitada**. 2 volumes. São Paulo: Ática, 1994.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Modelos Cognitivos Idealizados de Democracia: uma Abordagem da Linguística Cognitiva

Pesquisador: Bruno Freitas de Carvalho Moreira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 83099624.2.0000.0053

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Feira de Santana

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.109.592

Apresentação do Projeto:

parecer da pesquisa Modelos Cognitivos Idealizados de Democracia: uma Abordagem da Linguística Cognitiva. Pesquisador Responsável: Bruno Freitas de Carvalho Moreira.

CAAE: 83099624.2.0000.0053. Instituição Proponente: Universidade Estadual de Feira de Santana.

Desenho:

Este projeto de pesquisa trata-se de um plano de estudo qualitativo, descritivo-interpretativo, interdisciplinar, na interseção entre Linguística Cognitiva (LC) e Ciência Política. Tem o objetivo de captar Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs) de democracia, a partir da análise cognitivista de duas entrevistas audiovisuais disponíveis online, no canal do YouTube do Roda Viva. Em termos da LC, é centrado no uso e observa a fala e as construções conceptuais e categoriais, especificamente referentes a MCIs, de um e de uma agente política/o do Governo Lula 3 (2023-2026): Fernando Haddad (Ministro da Fazenda) e Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente). Faz-se isso a partir da observação, transcrição, descrição e análise das entrevistas concedidas por eles ao programa Roda Viva, da TV Cultura/TV Brasil (a TV pública brasileira), em 2024 e 2022, respectivamente. O levantamento teórico da LC, com foco nos MCIs, a partir de Lakoff (1987), serve de base para construir os instrumentos metodológicos de análise das entrevistas, e o

Continuação do Parecer: 7.109.592

estudo da Ciência Política, com Couto (2015, 2019), Dahl (2005) e Lijphart (2003), trata de fornecer arcabouço conceitual, técnico, político e histórico para desvelar aspectos das falas dos entrevistados. Como resultados, espera-se verificar e construir princípios e valores de Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs) de democracia, em meio a processos conceptuais acionados por Fernando Haddad e Marina Silva nas entrevistas observadas, interpretadas com base na Linguística Cognitiva (LC) e na Ciência Política.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Captar princípios e valores de MCIs de democracia ativados por Fernando Haddad e Marina Silva, em entrevistas para o Roda Viva (2024 e 2022), com interesse em consequências nas ações de governo, no jogo político ou na constituição do Estado democrático brasileiros (Couto, 2019), e com base na Linguística Cognitiva e na Ciência Política.

Objetivo Secundário:

o Descrever princípios e valores de MCIs de democracia em contextos autênticos de fala de dois agentes políticos brasileiros (Fernando Haddad e Marina Silva).

Interpretar as falas das entrevistas observadas, a partir de levantamento bibliográfico nos campos da LC e da Ciência Política.

Estabelecer agenciamentos teóricos entre Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs) e segundo Lakoff (1987) e teóricos da LC e Teorias da Democracia, segundo Couto (2019), Dahl (2005), Lijphart (2003), entre outros. Articular interdisciplinarmente Linguística Cognitiva e Ciência Política, a partir de discussões teóricas desse agenciamento propostas por Lakoff (1987, 2006, 2009).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não há riscos.

Benefícios:

A produção de valores e princípios de Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs) de democracia com Fernando Haddad e Mariana Silva, a partir das entrevistas concedidas por eles ao Roda Viva, resulta em benefício para a sociedade porque

Continuação do Parecer: 7.109.592

ajuda a sedimentar academicamente parâmetros

básicos de funcionamento e aprimoramento democrático. Além disso, representa avanço nos campos da Linguística Cognitiva e da Ciência Política,

bem como da interseção interdisciplinar entre tais campos de pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

vide conclusão

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

vide conclusão

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

o pesquisador apresenta documento

Justificativa_de_Ausencia_de_Autorizacao_do_Local_de_Realizacao_da_Pesquisa.pdf

Eu, Bruno Freitas de Carvalho Moreira, CPF 05112171537, responsável pelo presente termo, solicito ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, a DISPENSA da

Autorização do Local de Realização da Pesquisa, em razão de a pesquisa intitulada "Modelos Cognitivos Idealizados de Democracia: uma Abordagem da Linguística Cognitiva" se tratar de

levantamento de dados junto a entrevistas transmitidas e disponíveis online no canal oficial do Roda Viva (TV Cultura) no YouTube, um ciberespaço de acesso público e livre.

Um vídeo em plataformas como Youtube não são de domínio público, necessariamente, e podem estar protegidos por direito autoral. Por isso, é recomendável solicitar autorização prévia para o uso. Caso se queira utilizar um vídeo produzido por um terceiro, é preciso verificar se o material não está em domínio público ou licenciado por uma licença Creative Commons ou similar que autorize o uso pretendido.

Riscos:

Não há riscos.

Benefícios:

A produção de valores e princípios de Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs) de democracia com Fernando Haddad e Mariana Silva, a partir das

Continuação do Parecer: 7.109.592

entrevistas concedidas por eles ao Roda Viva, resulta em benefício para a sociedade porque ajuda a sedimentar academicamente parâmetros

básicos de funcionamento e aprimoramento democrático. Além disso, representa avanço nos campos da Linguística Cognitiva e da Ciência Política,

bem como da interseção interdisciplinar entre tais campos de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	11/09/2024		Aceito
do Projeto	ROJETO_2398716.pdf	15:04:37		
Projeto Detalhado /	Projeto_detalhado.pdf	11/09/2024	Bruno Freitas de	Aceito
Brochura		15:03:40	Carvalho Moreira	
Investigador				
Cronograma	Cronograma_do_Projeto.pdf	10/09/2024	Bruno Freitas de	Aceito
		18:15:09	Carvalho Moreira	

Declaração de	Declaracao_dos_pesquisadores.pdf	10/09/2024	Bruno Freitas de	Aceito
Pesquisadores		18:14:34	Carvalho Moreira	
Declaração de	Termo_de_Compromisso_sobre_o_Inicio_da_Pesquisa.pdf	29/08/2024	Bruno Freitas de	Aceito
concordância		20:10:27	Carvalho Moreira	
Declaração de	Justificativa_de_Ausencia_de_Autorizacao_do_Local_de_Realizacao_da_Pesquisa.pdf	29/08/2024	Bruno Freitas de	Aceito
Instituição e		20:09:31	Carvalho Moreira	
Infraestrutura				
Outros	Instrumento_de_Coleta_de_Dados_.pdf	29/08/2024	Bruno Freitas de	Aceito
		20:08:28	Carvalho Moreira	
TCLE / Termos de	Justificativa_de_Ausencia_do_Termo_e_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.pdf	29/08/2024	Bruno Freitas de	Aceito
Assentimento /		19:55:47	Carvalho Moreira	
Justificativa de				
Ausência				
Orçamento	Orcamento_do_Projeto.pdf	29/08/2024	Bruno Freitas de	Aceito
		19:54:10	Carvalho Moreira	
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	19/08/2024	Bruno Freitas de	Aceito
		09:19:54	Carvalho Moreira	

Situação do Parecer:

Retirado

Necessita Apreciação da CONEP:

Continuação do Parecer: 7.109.592

Não

FEIRA DE SANTANA, 29 de Setembro de 2024

Assinado por:

LIZ SANDRA SOUZA E SOUZA

(Coordenador(a))

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DE USO ACADÊMICO DA ENTREVISTA DE MARINA SILVA AO RODA VIVA DE 10/03/2025 CONCEDIDA PELA TV CULTURA



Página 1 de 1

São Paulo, 27 de maio de 2025.

Ofício CD/032/2025

Ao
Sr. Bruno de Freitas de Carvalho Moreira
Rua Tijuca, 1011 – Parque Ipê
44054-249 Feira de Santana - BA

Assunto: Instrumento de Autorização de Uso Científico de Obra Audiovisual e Outras Avenças (Ref. Cedoc 1293/2025)

Prezado Senhor,

Temos a satisfação de enviar, anexa, sua via do Instrumento de Autorização de Uso Científico de Obra Audiovisual e Outras Avenças n° CD/027/2025 firmado com a Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, referente ao licenciamento de conteúdo videofonográfico de programas da Fundação Padre Anchieta conforme descrito no contrato.
Sem mais, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos eventualmente necessários.

Atenciosamente,



Lígia Farias
Cedoc
Fundação Padre Anchieta | TV Cultura